

Declaro que este Relatório, intitulado de *Inventário e Georreferenciação do Mundo Funerário Rupestre Medieval no Centro de Portugal*, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, 29 de Setembro de 2015

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A Co-orientadora da FCSH

---

Lisboa, 29 de Setembro de 2015



Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A Co-orientadora da DGPC

---

Lisboa, 29 de Setembro de 2015



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia realizado sob a orientação  
científica de Professora Doutora Catarina Tente.



*Aos meus Pais*





## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às minhas orientadoras, a Professora Doutora Catarina Tente e a Doutora Filipa Neto, pelo apoio e dedicação que me transmitiram, assim como pelas oportunidades que me providenciaram.

Ao Samora, pelo amor e grande paciência. Esteve sempre presente, tanto nos bons como nos maus momentos.

À minha irmã, Carolina, que ao estar quase sempre em festa, me conseguia animar, qualquer que fosse a altura.

Ao meu Pai e à minha mãe, pelo amor incondicional e apoio que, desde pequena, sempre me deram.

Aos meus Avós e Tios, por toda a amizade e carinho em que vocês sempre encontrei, ao longo desta jornada.

Aos meus “irmãos de armas”, Olimpia, Pedro e Raquel, pela força e pelos discursos motivadores que proferiram, muitas vezes sem se aperceberem.

À Teresa, Jones, Joana e Daniela, por me ouvirem sempre que era preciso.

À Ana Soares, à Ana Vale, à Anouke, à Sofia e à Filipa por me acolherem na DGPC e por estarem sempre dispostas a esclarecer qualquer dúvida.

Quero também agradecer às Câmaras Municipais de Oliveira do Hospital, Aguiar da Beira e Tondela, pela bibliografia disponibilizada, à qual, de outra maneira, dificilmente poderia ter tido acesso.

À Direção Regional do Centro e à Doutora Sandra Lourenço, pelos esclarecimentos relativamente a certas informações geográficas, tão úteis na georreferenciação de sítios problemáticos.



# **Inventário e Georreferenciação do Mundo Funerário Rupestre Medieval no Centro de Portugal**

**Ana Sofia Silva Pereira**

## **Resumo**

Palavras-Chave: sepulturas escavadas na rocha; *Endovélico*; Alta Idade Média; Território de Viseu

O presente relatório resultou do estágio efetuado na DGPC, no âmbito da componente não-letiva do Mestrado em Arqueologia. O seu propósito centrou-se no Inventário e Georreferenciação das manifestações funerárias rupestres medievais, enquadradas na região do Centro de Portugal.

Este trabalho possibilitou a atualização e introdução de inúmeras ocorrências, respeitantes a sepulturas e necrópoles escavadas na rocha, na base de dados da DGPC – o *Endovélico*. A concretização deste objetivo assentou essencialmente na consulta de bibliografia especializada, assim como de relatórios técnico-científicos.

Ao constar do *Endovélico*, a informação inserida afigura-se como um contributo para o conhecimento e divulgação deste tipo de património medieval, auxiliando, inevitavelmente, no que concerne à sua salvaguarda e proteção.

O processamento e sistematização da vasta informação inventariada e georreferenciada possibilitou o desenvolvimento de uma análise, na perspetiva das sepulturas escavadas na rocha como fenómeno funerário alto-medieval. Esta permitiu a criação de uma imagem, ainda que incompleta, dos tipos de agrupamentos existentes e da relação entre as sepulturas e as zonas envolventes, com lugar numa parte do território de Viseu.

# **Inventory and Georeferencing of the Medieval Rupestrian Funeral World in Central Portugal**

**Ana Sofia Silva Pereira**

## **Abstract**

**Keywords:** graves dug into the rock; *Endovélico*; Early Middle Ages; Viseu's Territory

The report here presented is the result of the internship at DGPC, within the non-teaching component of the Archaeology master's degree. Its purpose focused on Inventory and Georeferencing of the rupestrian funeral evidences in medieval times, comprised in Portuguese Central Region.

This report allowed the update and recording of innumerable evidences regarding graves and necropolises dug into the rock in DGPC's database – the *Endovélico*. The fulfilling of this objective was based on the consulting of specialized bibliography, as well as of technical-scientific archaeological reports.

Being presented in *Endovélico*, the added information will be a contribute to the general knowledge and promotion of this kind of medieval heritage, inevitably aiding its safeguard and protection.

The processing and systematization of the vast inventoried and georeferenced information made possible the development of an analysis, regarding graves dug into the rock as an early-medieval funeral phenomenon. This allowed the depiction, while incomplete, of the types of grave groups and the relation between those graves and the surrounding areas, which takes place in a zone of Viseu's territory.

# ÍNDICE

1. Introdução	17
2. Enquadramento Institucional	23
3. As sepulturas rupestres e o Território de Viseu	29
3.1 Sepulturas Rupestres: Balanço da Investigação desenvolvida	31
3.2 Enquadramento geográfico	37
3.3 Enquadramento histórico	41
4. Metodologia e Considerações Teóricas	45
4.1 Inventário	47
4.2 Georreferenciação	50
4.3 Análise dos dados Inventariados e Georreferenciados	53
5. Discussão	55
5.1 Inventariação e Georreferenciação: Balanço do trabalho desenvolvido	57
5.2 Agrupamentos funerários	61
5.3 Relação entre as sepulturas e o território envolvente	68
6. Considerações Finais	79
Bibliografia	85
Anexo I: Organograma da DGPC	95
Anexo II: Localização da área em estudo	97
Anexo III: O Sistema de Informação Arqueológica da DGPC – <i>Endovélico</i>	99
Anexo IV: Sítios inventariados e georreferenciados	103



## **Lista de abreviaturas e siglas**

CNS – Código Nacional de Sítio

DBC - Departamento de Bens Culturais.

DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural.

DPIMI - Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial.

DSPAA - Divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico.

EICAM - Estudo Interdisciplinar das Comunidades Alto-Medievais (séculos V a XI): O caso do território de Viseu.

FCSH-UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

IEM – Instituto de Estudos Medievais.

SIG – Sistema de Informação Geográfica

UIA - Unidade de Informação Arqueológica.





# **1 - Introdução**



## 1. Introdução

O presente relatório diz respeito ao estágio efetuado na Direcção-Geral do Património Cultural, e que se desenvolveu como componente não letiva do Mestrado em Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O Estágio foi realizado sob a coordenação científica da Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catarina Tente (FCSH-UNL) e da Dr.<sup>a</sup> Filipa Neto (DGPC) e teve como principal objetivo a inventariação e a georreferenciação das sepulturas e necrópoles alto-medievais, escavadas na rocha, da região do centro de Portugal.

A área geográfica que foi trabalhada compreendeu os concelhos de Oliveira do Hospital, Penacova, Tábua, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Esta escolha prendeu-se com o facto de me encontrar a trabalhar em simultâneo no projeto EICAM - Estudo Interdisciplinar das Comunidades Alto-Medievais (séculos V a XI): O caso do território de Viseu<sup>1</sup>. Este tem como principal foco o estudo das relações entre um centro urbano e as suas periferias, assim como o papel destes na articulação com o poder muçulmano e com a monarquia asturiana.

A seleção do território viseense como caso de estudo no projeto EICAM relaciona-se com a importância política, tanto a nível episcopal como aristocrático, que este detinha entre os séculos IX ao XII. Deste modo, o empreendimento de uma análise interdisciplinar desta região visará, não só, destrinçar os processos de mudança social e territorial, como também conhecer as estratégias de exercício de poder e de organização administrativa de um espaço fronteiriço. Em última instância, o projeto pretende colmatar a falta de informação existente relativa ao período alto-medieval em Portugal.<sup>2</sup> Sendo as sepulturas rupestres uma das formas de enterramento típicas desta época, no

---

<sup>1</sup> Este projeto está a ser desenvolvido por uma equipa interdisciplinar e internacional, no âmbito do Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL. Está a decorrer desde Dezembro de 2013 e terminará em Dezembro de 2015. É financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo ainda o apoio de outras entidades, das quais se destaca a empresa de arqueologia *Arqueohoje*, a Diocese de Viseu e a Câmara Municipal de Celorico da Beira.

<sup>2</sup> Informação disponível no *website* do projeto: <http://projecto-iem.wix.com/eicam#!intropt/c1tit> (Consultado a 19-05-2015).

território peninsular, o seu estudo reveste-se de particular importância, assumindo-se como um relevante contributo para o projeto.

Este tipo de sepulturas de inumação caracterizam-se por serem diretamente elaboradas no afloramento rochoso, seja este de granito, calcário ou xisto. Em contraste com outros vestígios alto-medievais, são bastante abundantes e muito menos perecíveis. Acresça-se que a sua configuração favorece o reconhecimento pela população como um elemento antigo, o que se torna bastante útil para a sua identificação no terreno.

É igualmente importante sublinhar a dificuldade inerente à atribuição de cronologias às sepulturas rupestres. O facto de muito raramente serem identificados espólio ou material osteológico, acrescido à inexistência de contextos estratigráficos está na causa desta indefinição. Consequentemente, vários investigadores tentaram estabelecer modelos crono-tipológicos que possibilitassem a inserção destas manifestações em determinada cronologia. Porém estes modelos são grandemente criticados por diversos investigadores, como será explanado em capítulos posteriores. Esta lacuna a nível cronológico atesta ainda mais a necessidade de estudar estes vestígios, principalmente utilizando outro tipo de abordagens, menos vinculadas à datação a partir de aspetos tipológicos (Viso, 2007).

O trabalho de inventariação e georreferenciação consubstanciou-se na revisão dos dados existentes na Base de dados *Endovélico*. Para tal, fui integrada na Unidade de Informação Arqueológica, que se encontra inserida na Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico. Esta Divisão está incluída no Departamento de Bens Culturais da Direcção-Geral do Património Cultural.

O trabalho de estágio teve a duração de seis meses, decorrendo entre 27 de Outubro de 2014 e 27 de Abril de 2015. Foi dividido em duas etapas principais. A primeira correspondeu à inventariação, que visou a identificação, registo e atualização de todos os sítios onde se documenta a presença de manifestações funerárias rupestres medievais, no âmbito da área geográfica em estudo. Assim sendo, procedeu-se à consulta de bibliografia especializada e dos relatórios técnico-científicos associados às fichas de ocorrências presentes no *Endovélico*. A segunda etapa focou-se na georreferenciação das ocorrências identificadas durante a fase anterior, tendo esta tarefa sido efetuada através de um SIG (Sistema de Informação Geográfica), com recurso à tecnologia ESRI (Arcmap 10.2).

Nas últimas décadas, não só em Portugal como igualmente em Espanha, foram desenvolvidos diversos estudos que se debruçaram sobre este tipo de vestígios arqueológicos. Com a exceção de algumas zonas, a área geográfica em análise neste estágio não escapa à regra.

Perante a quantidade de informação existente, considerou-se pertinente a sua inventariação e georreferenciação. No entanto, é importante realçar que as lacunas a nível bibliográfico existentes em determinados concelhos, dificultaram, de algum modo, o trabalho mencionado.

No que concerne à estrutura do presente relatório, reservou-se um capítulo inicial destinado a dar a conhecer a instituição onde foi desenvolvido o estágio e, onde nesta, fui enquadrada. Em seguida serão referidas as bases metodológicas nas quais assentaram o trabalho de inventário e georreferenciação. Após estes capítulos será feito um balanço do conhecimento relativo aos estudos publicados com enfoque na temática funerária rupestre. De modo caracterizar o território em estudo, será ainda abordada a sua situação no tempo e no espaço. Relativamente ao tratamento dos dados, terá em vista o estudo de características de índole variada, que será feito através de uma análise estatísticas, com base em alguns gráficos. Esta terá em vista o destrinçar de tendências a nível territorial, que auxiliarão na compreensão do fenómeno rupestre alto-medieval no território de Viseu.

É igualmente necessário referir que o trabalho levado a cabo no *Endovélico* teve também o objetivo de contribuir para a correta identificação e difusão do estado do conhecimento deste património, e como tal para a sua direta salvaguarda, proteção e divulgação. Em acréscimo, uma vez que os dados ficam acessíveis através do Portal do Arqueólogo, a informação inserida não estará só ao alcance dos profissionais de arqueologia, mas também ao do público em geral.



## **2. Enquadramento Institucional**





## 2. Enquadramento Institucional

A Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) é a instituição responsável pela gestão do património cultural em Portugal continental. É um serviço central da administração direta do Estado, sendo dotado de autonomia administrativa.

Foi criada em 2012 e foi juridicamente aprovada em Diário da República através do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio. Neste último foram definidos a sua missão, atribuições, assim como o tipo de organização interna que a suporta.

A DGPC surgiu na sequência de uma nova fase da Reforma da Administração Pública, efetuada pelo XIX Governo Constitucional, aquando do estabelecimento das linhas gerais do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC). A reforma referida tinha sumariamente como objetivo dotar a Administração Pública de maior eficiência e racionalização na utilização dos recursos públicos, assim como cumprir os objetivos de redução da despesa pública, a que Portugal estava vinculado.

Neste seguimento, a DGPC sucede na quase totalidade das atribuições ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, assim como ao Instituto dos Museus e da Conservação e em alguns domínios da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo e da Comissão para o Património Cultural Imaterial. Incorporou também as atribuições da Biblioteca Nacional de Portugal relativas especificamente à Biblioteca da Ajuda.

No que diz respeito à sua missão, a DGPC compete-se a *“assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”*.

Internamente, encontra-se organizada de acordo com o modelo de estrutura hierarquizada<sup>3</sup>. No topo encontra-se a Direcção, constituída por um Diretor e quatro Sub-Diretores Gerais. Sob a sua alçada estão os Serviços Centrais e os Serviços Dependentes. Os primeiros subdividem-se em vários departamentos, cada um com um Diretor próprio. No interior de cada departamento encontram-se divisões especializadas, com a exceção da Divisão de Documentação, Comunicação e Informática e da Divisão Comercial, que dependem diretamente da Direcção. As divisões são geridas por Chefes de Divisão e dentro de cada divisão existem ainda unidades de coordenação específicas.

---

<sup>3</sup> Vide Figura I.1

Relativamente aos Serviços Dependentes, são constituídos por vários museus e monumentos.

Para a realização do Estágio do qual resulta este relatório, fui inserida na Unidade de Informação Arqueológica (UIA), que se encontra integrada na Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico (DSPAA). Esta última está incluída no Departamento de Bens Culturais (DBC) dos Serviços Centrais da Direcção-Geral do Património Cultural. É precisamente ao Departamento de Bens Culturais que compete parte da gestão do património arquitetónico, arqueológico e imaterial. A sua estrutura e competências, juntamente com as dos outros departamentos, foram estabelecidas em Diário da República pela Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho.

É dever do DBC garantir a aplicação das orientações técnicas presentes nas Convenções Internacionais sobre o Património, assim como assegurar a implementação de planos anuais de atividades, destinados aos palácios e monumentos que se encontram classificados como património mundial. Em acréscimo, está também a seu encargo a colaboração no desenvolvimento de acordos culturais e de atividades de cooperação entre palácios e monumentos com outras entidades, sejam públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

Ainda relativamente aos Palácios e Museus, o Departamento coopera na renovação e requalificação das suas instalações e na aquisição de novos equipamentos. Contribui, em conjunto com outras entidades, para a formação dos seus profissionais através do desenvolvimento de projetos internacionais para intercâmbio de saberes e práticas, dentro das áreas de competências da DGPC.

Ao nível legislativo e normativo, é da sua competência propor normas e orientações técnicas que visem a salvaguarda, a conservação e a valorização do património cultural. Cabe-lhe igualmente pronunciar-se aquando de alterações na legislação do património arqueológico e arquitetónico, bem como propor normas e linhas de orientação para as suas práticas. Quando se verifica alguma desconformidade com a Lei, o Departamento pode propor a suspensão ou embargo administrativo de determinados trabalhos e, se necessário, a sua demolição total ou parcial.

O DBC pode, igualmente, prestar serviços de consultoria ou apoio técnico no que se refere ao património classificado ou em vias de classificação, assim como ao património cultural de origem portuguesa.

Por último, este Departamento participa ainda na promoção do plano regional de intervenções prioritárias no que concerne à salvaguarda e estudo do património arqueológico e arquitetónico classificado e nos programas, projetos anuais e plurianuais que digam respeito à conservação, restauro e valorização deste mesmo património. É também sua responsabilidade garantir que estes últimos são cumpridos nos imóveis que fazem parte da circunscrição territorial correspondente ao nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), para o território continental de Lisboa e Vale do Tejo e que estão afetos à DGPC.

No Departamento de Bens Culturais existem duas Divisões, a Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial (DPIMI) e a Divisão da Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico (DSPAA). Estas foram aprovadas em Diário da República através do Despacho n.º 1142/2012 de 16 de Agosto, no qual são explicitadas as suas competências.

Na área do Património arqueológico<sup>4</sup>, a DSPAA é responsável pela gestão da atividade arqueológica em Portugal, seja ela em meio terrestre ou subaquático. Assim sendo, cabe-lhe propor a definição de normas a que o impacte arqueológico de obras (públicas ou privadas) deve respeitar; indicar as intervenções arqueológicas necessárias em empreendimentos que envolvam significativas transformações da topografia, paisagem, leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais; sugerir a autorização de trabalhos arqueológicos, assim como fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização dos mesmos; submeter a aprovação os relatórios dos trabalhos arqueológicos; credenciar as entidades empresariais que exercem a sua atividade no domínio da arqueologia.

No que concerne aos bens provenientes dos trabalhos arqueológicos ou achados fortuitos, a DSPAA deve promover a sua avaliação e conservação, assim como sugerir o seu local de recolha e depósito provisório. O depósito destes bens deve ser acompanhado, sendo também necessário precaver a sua inventariação e classificação. Em última instância, estas ações devem culminar na constituição de uma rede nacional de depósito de bens provenientes de trabalhos arqueológicos ou achados fortuitos, assim como na recomendação de incorporações definitivas.

Quando se tratam de bens arqueológicos náuticos ou subaquáticos, é seu dever promover a respetiva salvaguarda, estudo e valorização através de ações e programas de

---

<sup>4</sup> Por motivos de interesse neste relatório, apenas se irá desenvolver as competências que a última detém no domínio do património arqueológico.

ordem diversa. É também do seu domínio a colaboração na promoção de ações de conservação, restauro e monitorização de espólio arqueológico recolhido em meio húmido ou subaquático.

É igualmente da sua competência fomentar o desenvolvimento da investigação arqueológica (através da definição plurianual do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos), promover a atualização e divulgação da *Carta Arqueológica de Portugal*, assim como promover a criação de parques arqueológicos e de reservas arqueológicas de proteção e assegurar a sua fiscalização. Ainda na área da valorização e divulgação, pode também pronunciar-se sobre os programas de atividades de museus e sítios arqueológicos.

É na Unidade de Informação Arqueológica que é realizada a atualização e inserção de novos elementos no inventário e a georreferenciação dos sítios arqueológicos. Este é feito com recurso ao *Endovélico*, o Sistema de Informação e Gestão Arqueológica da DGPC que se encontra conectado a um Sistema de Informação Geográfica.

O *Endovélico* é composto por vários formulários, interligados entre si, onde é inserida informação acerca dos diversos vestígios do património arqueológico identificados em trabalhos de prevenção, salvaguarda, investigação e valorização patrimonial e que decorreram em Portugal Continental. Esta informação é extraída a partir dos processos do arquivo histórico da arqueologia portuguesa, dos trabalhos de relocalização e identificação de novos sítios, efetuados pelos serviços estatais e de bibliografia especializada. Este tipo de informação encontra-se em constante atualização, visto que é remetida à DGPC regularmente.

A UIA gere ainda o Portal do Arqueólogo, plataforma eletrónica de submissão de dados administrativos e de pesquisas de património arqueológico, que integra os dados registados no Endovélico. Este inclui quatro níveis de acesso, três de acesso registado para profissionais e estudantes de arqueologia, e um último não registado para o público em geral, que se encontre interessado em consultar a informação disponível relativamente ao património arqueológico.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Informação disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> (consultado a 22-05-2015).

### **3. As sepulturas rupestres e o Território de Viseu**



### 3. As sepulturas rupestres e o Território de Viseu

#### 3.1 Sepulturas Rupestres: Balanço da Investigação desenvolvida

O interesse científico pelas sepulturas escavadas na rocha teve origem nos inícios do século XIX, datando desta altura a primeira referência documental a este tipo de vestígios.<sup>6</sup>

No que diz respeito ao território português, é nos inícios do século XX que os estudos deste tipo de manifestações funerárias começam a ter maior visibilidade. Estes são maioritariamente marcados pelas tentativas de integração das sepulturas em determinado período cronológico, tendo por base argumentos de natureza diversa. A título de exemplo refira-se Santos Rocha, que em 1901 as integrou no período romano (Apud Barroca, 2010-2011). A justificação alicerçava-se no facto das sepulturas que estudou se encontrarem associadas a materiais romanos, como é o caso das *tegulae* (Apud Lourenço, 2007). A par deste investigador, outros se pronunciaram, como foi o caso de Augusto Filipe Simões ou de Amorim Girão, que alegavam que este tipo de solução funerária se inseria no período proto-histórico. Francisco Martins Sarmiento, ainda em finais do século XIX, atribui-lhe uma periodização paleocristã, considerando que poderia ter perdurado até uma época um pouco posterior (Apud Barroca, 2010-2011). António Cruz, na década em 40 e Ferreira de Almeida, no período de 70, também consideraram as sepulturas escavadas na rocha vestígios atribuíveis ao período medieval, chegando este último a defender que teriam estado em uso até ao século XV (Apud Tente, 2007).

O estudo das manifestações funerárias rupestres sofre profundas alterações nas décadas de 60 e 70 do século XX com os trabalhos do espanhol Alberto del Castillo. Este investigador levou a cabo intervenções arqueológicas em diversos cemitérios rupestres, nomeadamente nas zonas da Catalunha, Navarra e Aragão. Da sua investigação derivou a teoria de que a evolução tipológica das sepulturas seguia a desenvolvimento cronológico. Assim sendo, as sepulturas mais antigas, de formato ovalado (ou tipo “banheira”) teriam tido uma origem aproximada no século VII, podendo ainda remontar até um momento anterior. Por sua vez, as sepulturas de contorno antropomórfico seriam mais recentes, tendo evoluído a partir das anteriores através do delineamento do ombro esquerdo. Esta mudança teria surgido por volta do

---

<sup>6</sup> Esta reporta-se a uma figuração gráfica, algo falseada, das sepulturas de Olérdola (Catalunha), publicada por Alexandre de Laborde.

século IX e teria culminado no antropomorfismo pleno no período da “reconquista cristã”. Este investigador defendia igualmente a existência de duas soluções ao nível do antropomorfismo da cabeceira, relacionando-as com tendências regionais. Assim, considerava que as cabeceiras de arco ultrapassado (ou arco em ferradura) teriam sido comumente utilizadas nas zonas a ocidente da Catalunha, em Navarra, Aragão e Castela. A segunda solução, representada pelas cabeceiras de contorno trapezoidal ou anguloso, teriam proeminado na área da Catalunha.

Alberto del Castillo também teorizou acerca de outros aspetos, como a disposição espacial no interior dos espaços funerários, introduzindo a designação de “panteões familiares”. Estes eram compostos por uma sepultura antropomórfica, que corresponderia a um indivíduo do sexo masculino, e por sepulturas não-antropomórficas que corresponderiam às sepulturas da mulher e dos filhos (Apud Barroca, 2010-2011). Não obstante, o impacto que causaram, as teorias de Castillo foram alvo de diversas críticas por investigadores como Maria Asunción Bielsa ou Katja Kliemann. Esta última, em 1986, ao proceder ao inventário e estudo das sepulturas antropomórficas da Catalunha prova que as sepulturas com a cabeceira trapezoidal não são predominantes na referida zona. Esta investigadora criticou igualmente a teoria da evolução cronotipológica, defendendo que as diferenças tipológicas poderiam ter explicação na existência de um povoamento disperso. Acresça-se ainda o facto da mesma ter proposto que as sepulturas antropomórficas poderiam ser integradas cronologicamente num período entre os séculos VIII e XIII (Apud Tente, 2007).

Entre os seguidores das teorias de Alberto del Castillo encontram-se Bolós e Páges, que, em 1982, procederam à atualização das suas teorias, conjecturando uma nova cronologia para as sepulturas rupestres. Como base, encontrava-se o pressuposto de que as sepulturas não antropomórficas teriam despontado no século VII, no entanto, e de acordo com estes investigadores, as sepulturas trapezoidais e retangulares precederiam as ovaladas (Apud Tente, 2007).

Em Portugal, foi na década de 80, com os trabalhos de Mário Barroca, que o estudo das sepulturas rupestres sofreu um maior impulso, sendo que até a esta altura, os levantamentos significativos eram consideravelmente reduzidos. Na sua tese *Necrópoles e Sepulturas Medievais Entre-Douro-e-Minho (séculos V-XV)* (Barroca, 2010-2011), Mário Barroca constata a existência de um número reduzido de sepulturas em cada núcleo, assim como de várias sepulturas isoladas, por oposição ao que se verificava com



as grandes necrópoles do território espanhol. Ao tipo de disposição espacial que encontrou, o investigador associou uma realidade de povoamento disperso. Com a escavação do Convento de St<sup>a</sup> Marinha da Costa, identificou a presença de estruturas de templos correspondentes a diferentes momentos cronológicos, realidade esta que lhe permitiu datar as sepulturas rupestres aí existentes. Concluiu assim que a evolução das sepulturas no sentido do antropomorfismo precede o século IX e que, em meados do século XIII, ainda se encontravam em utilização sepulturas rupestres antropomórficas com profundos encaixes para tampas. Por sua vez, em toda a zona por si estudada, propõe que o pleno antropomorfismo tenha tido lugar entre a segunda metade do século IX e o final do século XI. Já a evolução no sentido do antropomorfismo situa, com alguma incerteza, entre o século VIII e a primeira metade do século IX (Barroca, 2010-2011)<sup>7</sup>.

Com a década de 90, assiste-se a uma proliferação dos trabalhos acerca das sepulturas escavadas na rocha em várias zonas do país. Para a região em estudo, destaque-se o levantamento publicado por Carlos Valera em 1990, intitulado de *Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres* (Valera, 1990). Neste, o investigador começa por caracterizar individualmente o que identificou no terreno, refletindo, em seguida, sobre a realidade observada. Nesta última etapa são igualmente examinadas as ideias propostas por outros investigadores, como Mário Barroca e Katja Kliemann, de modo a apurar se estas poderão, ou não, ser aplicáveis à zona de Fornos de Algodres (Valera, 1990).

No ano de 1996, Jorge Marques defende, na Faculdade de Letras do Porto, a sua dissertação sobre as sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu (Marques, 2000). Com este estudo o autor observou um reduzido número de sepulturas de transição no sentido do antropomorfismo e um elevado número de sepulturas plenamente antropomórficas. Destaca assim o período mediado entre os séculos X e XII como o momento de maior utilização de sepulturas rupestres. À semelhança de Mário Barroca, associa as sepulturas a um povoamento disperso, marcado por pequenas unidades familiares. Sublinha igualmente a existência de diversas estações onde, para além de

---

<sup>7</sup> Em 1987, Mário Barroca apresentou à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito das *Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, um estudo sobre as sepulturas escavadas na rocha entre o Douro e Minho. Apesar do texto ter sido revisto em 1990, só em 2010-2011 é que, na forma de um artigo para a revista *Portvgalia*, foi publicada uma versão resumida do original.

sepulturas rupestres, identificou vestígios de ocupação habitacional, como é o caso das *tegulae* (Marques, 2000).

Acresça-se à referência a estes dois estudos, diversos outros, como o levantamento efetuado por Flávio Ribeiro e Maria Silva para o concelho de Seia (1997), assim como o de Catarina Tente e Sandra Lourenço para os concelhos de Carregal do Sal e Gouveia (1998). Mencione-se ainda o trabalho de António Tavares para o concelho de Mangualde (1999) e o de Ivone Pedro para o distrito de Viseu (1999). Também em estudos de carácter mais amplo, como é o caso de cartas arqueológicas, roteiros e levantamentos de património arqueológico é perceptível uma tendência crescente para englobar os vestígios medievais, nos quais se contam as sepulturas rupestres. A título de exemplo, refira-se a carta arqueológica de Sátão, o estudo sobre a *Civitas* de Viseu e o levantamento dos vestígios histórico-artísticos de Penalva do Castelo, publicados por Inês Vaz (Vaz, 1991 e 1997a; Vaz, et. al 1997b); a obra de Luís Gomes e Pedro S. Carvalho sobre o património arqueológico de Mangualde (1992); o levantamento de António Valera para o concelho de Celorico da Beira (1994); o inventário arqueológico relativo ao concelho de Nelas publicado por Evaristo Pinto (1999); a carta arqueológica de Vouzela de Jorge Adolfo Marques (1999). Em todos estes trabalhos é constatável um esforço no que concerne à identificação, caracterização e divulgação das sepulturas rupestres, em zonas que, na sua grande maioria careciam de investigação nesta área.

Com o século XXI a investigação desenvolve-se cada vez mais, renovando-se e introduzindo-se novas teorias. Em 2004, Marina Vieira publica um estudo sobre o povoamento nas épocas romana e alto-medieval, analisando as sepulturas rupestres como elemento indetificador deste último (Vieira, 2004). Entre as conclusões que retirou, destaque-se que a maioria das sepulturas se encontravam ou isoladas ou em pequenos grupos, havendo um maior predomínio do segundo sobre o primeiro. Entre outras reflexões, a autora equaciona que esta disposição poderá representar uma intenção de implantar as sepulturas junto a caminhos que circundassem o habitat, tal como na antiguidade. Sugere assim que a organização dos espaços sepulcrais não teria de estar necessariamente associada à existência de um povoamento disperso. Não descarta, contudo, esta hipótese (Vieira, 2004).

No âmbito da realocização, valorização e aprofundamento da análise de sítios alvo de estudo em anos anteriores, realce-se a *Carta Arqueológica do Concelho de*

*Aguiar da Beira 1ª fase*, de Vítor Fernandes (2005) e o *Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo*, de João Lobão, António Marques e Dário Neves (2006). Para o concelho de Mangualde, destaque-se o trabalho de Pedro Pina Nóbrega intitulado *Sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Quintela da Azurara* (2004) e o de António Tavares designado *Sepulturas escavadas na rocha das freguesias de Cunha Baixa e Espinho (Mangualde)* (2007). Estes trabalhos foram igualmente importantes para a identificação de novas sepulturas que pudessem estar ocultas pela vegetação.

Em 2007, Sandra Lourenço publica *O Povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva* (Lourenço, 2007), onde realizou uma análise comparativa dos vestígios arqueológicos nas duas margens do rio Mondego, com o intuito de compreender a organização do povoamento alto-medieval. No que concerne às sepulturas rupestres, observou a existência de um maior número de sepulturas na margem entre o Dão e o Mondego, em detrimento das da margem entre o Alva e o Mondego. Todavia, nesta última, denota-se uma elevada concentração de sepulcros por necrópole, que a autora relaciona com lugares de povoamento que reunissem várias famílias. Por outro lado, entre os rios Dão e o Mondego, as sepulturas, na sua maioria agrupadas em conjuntos de 2-3, parecem indiciar um povoamento disperso, composto por pequenos núcleos de casais rurais, que escavariam as sepulturas nas imediações (Lourenço, 2007).

Outro importante trabalho que recorre ao estudo das sepulturas rupestres, tendo em vista a caracterização do povoamento alto-medieval é do de Catarina Tente, também publicado em 2007 e denominado *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela* (Tente, 2007). Entre outros aspetos, constatou a ausência de grandes espaços sepulcrais que pudessem ser associados a espaços de habitação supra familiares. Sublinha igualmente a inexistência de relação direta entre a zona de enterramento com um edifício religioso. À luz desta situação, Catarina Tente propõe que, na zona da encosta noroeste da Serra da Estrela, o povoamento poderia ser demasiado disperso ou poderia ter havido uma deficiente assimilação dos preceitos religiosos (Tente, 2007).

Apesar de já não se enquadrar na área a que este relatório reporta, é importante referir o contributo de Iñaki Martín Viso, para a zona do Riba Côa. Com o artigo *Tumbas y sociedades locales en el centro de la península en la alta edad media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal)* (Viso, 2007), o autor para além de expor os resultados obtidos com a análise dessa zona, atribui um papel de legitimação, de

memória e de territorialidade às sepulturas, alegando que estas nem sempre teriam de estar associadas a um povoamento disperso (Viso, 2007).

Em 2010, Catarina Tente apresenta a sua dissertação de doutoramento, onde aborda o estudo do território e do povoamento no Alto Mondego entre os séculos V a XI (Tente, 2010). Destaque-se a apresentação dos resultados de duas datações de amostras provenientes de sepulturas escavadas na rocha (uma delas correspondente ao sítio do Monte Aljão e outra ao Alto da Quintinha), ambos apontando para o século X. Contudo, a autora salienta que estes apenas transmitem que as sepulturas estariam em uso durante aquela centúria, nada revelando sobre o momento da sua construção. Realça ainda a ausência de agrupamentos de mais de 10 sepulturas, à semelhança do que já foi verificado por outros autores na região da Beira Interior. É igualmente efetuada uma reflexão entre a associação de sepulturas rupestres e sítios de habitat alto-medievais. Esta situação leva a autora a chamar à atenção para as lacunas deste tipo de relação, fazendo notar que tal como nem todos os sítios de habitat se encontram associados a sepulturas rupestres, devem também existir sepulturas rupestres que não se encontrem diretamente relacionadas a zonas de habitação. Catarina Tente aproveita ainda estas questões, para alertar para a necessidade da continuação de trabalhos de escavação arqueológica e assim como de análises micro-espaciais (Tente, 2010).

Por último mencione-se a dissertação de mestrado de António Jorge Arrais, apresentada em 2012 e denominada *Arqueologia da Terras de Besteiros (Contributo para a Carta do Património Arqueológico do Concelho de Tondela)* (Arrais, 2012). Ao estudar as sepulturas escavadas na rocha deste concelho, António Arrais observa a existência de sítios, onde para além destes vestígios, identificam-se também materiais arqueológicos que poderão estar relacionados com a presença de um local de povoamento. Propõe ainda que, nalguns casos, a localização das sepulturas poderia estar relacionada com a presença de grandes afloramentos graníticos com visibilidade na paisagem (Arrais, 2012).

Ao longo das últimas décadas, todos estes trabalhos de identificação, caracterização e interpretação, contribuíram fortemente para o desenvolvimento do estudo das manifestações funerárias rupestres no território de Viseu. Na realidade, esta constitui-se como uma das zonas do país onde a temática em questão foi abordada com mais frequência e abrangência territorial. Deste modo, não só são comuns os concelhos com mais do que um levantamento efetuado (permitindo assim a atualização da

informação), como são raros os que não foram alvo de levantamento algum. Torna-se assim imperativo o processamento da informação disponível, tendo em vista a sua sistematização através da inventariação e georreferenciação.

### 3.2 Enquadramento geográfico

Administrativamente, o território em estudo ocupa parte dos distritos da Guarda, de Viseu e de Coimbra. No distrito da Guarda compreende os concelhos de Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia e Seia. No de Viseu, os concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, São Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Por último, integram-se, de igual modo, na área em estudo, os concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Penacova, situados na zona Nordeste do distrito de Coimbra<sup>8</sup>.

A junção destes concelhos enquadra-se, grosso modo, na região da Beira Alta, uma extensa área planáltica ladeada por montanhas e recortada pelo rio Mondego e seus afluentes, assim como pelo rio Vouga e rio Paiva (afluente do rio Douro). Este planalto descai ligeiramente no sentido Sudoeste, acompanhando o rio Mondego. Esta disposição cria variações nas altitudes da região, em que as cotas de 200-300 m, junto de Santa Comba Dão, contrastam com as 600-700 m, observadas próximas de Fornos de Algodres e de Celorico da Beira (Ribeiro, s.d., p.741).

Os limites da Beira Alta podem ser definidos, a Sudeste, pela cordilheira central, uma vasta muralha natural onde se situa a Serra da Estrela; a Nordeste pelo planalto da Serra da Nave; a Noroeste pelo Montemuro, pelas serranias do Maciço da Gralheira e pelo Caramulo, montanhas estas separadas pelo Paiva e pelo Vouga; e a Sudoeste pela crista do Buçaco (Ribeiro, s.d., pp.741-742).

Geomorfologicamente, a área em estudo integra-se no Maciço Hespérico (igualmente denominado de Maciço Ibérico, Maciço antigo ou Soco Hercínico), a mais velha das quatro unidades estruturais existentes na Península Ibérica (Rebelo, 1992, pp. 17-19). Este caracteriza-se por *“um estilo especial de relevo: as montanhas ou são retalhos de planalto ou faixas de rochas duras que a erosão isolou. Assim quem galgar os ásperos declives que as limitam, admira-se de encontrar, na parte mais alta das*

---

<sup>8</sup> Vide Figura II.1

*serras, largas extensões de terreno apenas molemente ondulado, favoráveis à expansão do povoamento e da cultura, ou cristas quartzíticas agudas e alongadas que mal deixam espaço às instalações humanas e não formam, pela exiguidade da área, um domínio próprio.*” (Ribeiro, 1998, p. 44). O território em estudo, assim como toda a zona a norte da bacia do Tejo, destacam-se pelo intenso trabalho provocado pela erosão e pela diferenciação do relevo. Um bom exemplo pode ser encontrado na Serra da Estrela, onde as nesgas planas atingem quase os 2000 m (Ribeiro, 1998, p. 44).

Nesta unidade estrutural constata-se uma alternância entre as rochas de origem sedimentar, relativamente metamorfizadas, das quais se destacam os xistos, e, as rochas intrusivas, como o granito, presente nos seus diversos tipos (Daveau, 1998, p. 42).

A zona em estudo faz parte de uma peneplanície marcada pelas escarpas das falhas retilíneas da Serra do Caramulo e da Cordilheira Central, a Oeste e Sudeste, respetivamente. Estas escarpas, que se assemelham a muros, criam um ângulo agudo que provoca o estreitamento gradual da peneplanície no sentido Sudoeste. Com a exceção do quarto norte (onde se inserem o Vouga e o Paiva), a rede fluvial adapta-se à disposição inclinada da peneplanície, correndo os rios Mondego, Dão e Alva, quase que paralelamente, reunindo-se para formar ângulos agudos.

O carácter predominante de superfície de erosão é visível na peneplanície inclinada no seu lado Sudoeste. Nesta zona encontram-se alinhamentos montanhosos, um deles a norte de Arganil, formados por quartzitos. A Norte, a Serra do Buçaco ostenta no topo (que atinge os 550 m) uma “capa” horizontal de grés senonianos esbranquiçados, similares aos que se encontram presentes nas altitudes de 200 a 500 m, a curta distância, na peneplanície inclinada. Anteriormente, o grés senoniano terá coberto toda a crista silúrica, da qual a Serra do Buçaco é parte integrante, tendo sido, novamente, posto a descoberto, pelo trabalho da erosão. Porém, um levantamento recente, que se estende paralelamente ao limite ocidental do Alto Portugal (do norte ao sul) e que estabelece uma ligação montanhosa entre a Serra do Caramulo e a Cordilheira Central, veio interferir com o processo de erosão, na elaboração do relevo. Esta ligação é atravessada pelo Mondego e pelo Ceira (afluente do Mondego), correndo o Alva, em meandros, através do lado interior e ligando-se ao Mondego antes da entrada na garganta. É nesta zona (área de Penacova) que ocorre o escoamento das águas da planície inclinada. (Lautensach, 1987, pp. 145-146)

Os concelhos em análise situam-se, na sua totalidade, ou em parte, na bacia hidrográfica do Mondego, ocupando também uma porção da bacia do Vouga.

De forma retangular, a bacia hidrográfica do Mondego é delimitada a sul pela Cordilheira Central, que a separa da bacia do Tejo, e, a Noroeste, pelas Serras do Caramulo e Buçaco, que a isolam da bacia do Vouga. A Norte encontra-se a Serra da Lapa, assim como a bacia do Douro. A altitude média da bacia ronda os 375m e a sua área atinge os 6 659 km<sup>2</sup> (ARH do Centro, 2012, pp. 19-20).

O rio Mondego tem a sua nascente na Serra da Estrela, junto a Manteigas, percorrendo aproximadamente 300 km até desaguar na Figueira da Foz. No início do seu percurso, ainda em Manteigas, toma a direção Sudoeste-Nordeste, infletindo em Celorico da Beira, onde toma a direção Nordeste-Sudoeste. Depois de receber três dos seus principais afluentes, alarga-se perto de Coimbra (Durvan, s.d., p. 1759). Os afluentes, de maior destaque, do rio Mondego são o Dão, na margem direita e os rios Alva, Ceira, Pranto e Arunca, na margem esquerda. No entanto, refira-se que apenas os três primeiros mencionados se enquadram na área de interesse neste relatório. O Dão, rio de planalto, nasce em Aguiar da Beira. Já o Alva e o Ceira, rios de montanha nascem, respetivamente, na encosta Sudoeste da Serra da Estrela e a Nordeste de São Pedro de Açor (Martins, 1940, pp. 92-98).

A bacia hidrográfica do rio Vouga é enquadrada pela Serra do Buçaco a sul, que a separa da Bacia do Mondego, estando ainda delimitada, a Norte, pelas Serras de Leomil, Montemuro, Lapa e Freita, que a separam da bacia do Douro. A bacia do Vouga, com uma área que atinge os 3 685 km<sup>2</sup>, não apresenta um rio principal diferenciado, com os respetivos tributários. Efetivamente, esta bacia aproxima-se mais a *“um conjunto hidrográfico de rios que atualmente desaguam de forma individualizada na Ria de Aveiro, muito perto da foz do Rio Vouga, havendo ainda uma densa rede de canais mareais e deltas relacionados com a mesma laguna.”* (ARH do Centro, 2012, p. 16). Os principais rios que, a Norte, se inserem neste conjunto, são o rio Vouga e seus afluentes até à confluência com o rio Águeda, o rio Águeda e o seu afluente, rio Cértima, assim como o rio Caster e o rio Antuã. Já a Sul, destacam-se o rio Boco e a ribeira da Corujeira. Note-se que apenas a área ocupada pelo rio Vouga e seus afluentes, a Norte, envolve os concelhos em análise. A área de interesse pode ser ainda definida, de forma mais precisa, como a zona que abarca o troço que desde a nascente segue até

São Pedro do Sul, assim como aquele que, deste concelho, se dirige até Albergaria-a-Velha (ARH do Centro, 2012, pp. 16-17).

O rio Vouga tem origem na Serra da Lapa, percorrendo cerca de 135 km até desaguar na Ria de Aveiro (Girão, 1922, p. 42). Corre em direção a Norte-Sul até à confluência com a Ribeira de Brazaela, momento em que a direção inflete para Este-Oeste (Rodrigues, 2009, p. 14). Os principais afluentes do Vouga e com relevo na área em estudo são a ribeira do Sul, o rio Troce, a ribeira de Ribamá, a ribeira de Teixeira e o rio Caima (Girão, 1922, pp. 50-52).

Note-se que em ambas as bacias hidrográficas - Mondego e Vouga – há um predomínio dos granitos, nomeadamente os porfiróides (Martins, 1940, p.9) (Girão, 1922, pp. 1-14).

Ainda que não faça parte das bacias hidrográficas referidas, mencione-se o rio Paiva, um afluente do rio Douro, que nasce no concelho de Moimenta da Beira, passando por alguns dos concelhos em estudo (Vila Nova de Paiva, São Pedro do Sul, Sátão e Viseu). Este rio, que corre de leste para oeste, tem a sua foz no Douro, na zona de Castelo de Paiva (Vieira, 2004, pp. 19- 20).

O clima da Beira Alta define-se pelo seu forte carácter atlântico, alternando, contudo, com o clima mediterrânico de matriz continental (Ribeiro, 1998, pp. 101-102).

As massas de ar tropical húmido que provêm do oceano Atlântico e que são trazidas pelas perturbações ciclónicas em direção ao oriente, provocam um tempo instável, chuvoso e até morno, incluindo no inverno (Ribeiro, 1998, pp. 101). Quando embatem contra as montanhas da região, os ventos carregados de humidade condensam-se, *“envolvem de nuvens os cimos, resolvem-se em chuvas fecundantes que escorrem pelas vertentes, alimentam inúmeros ribeiros e levam às terras baixas o benefício da rega, princípio de fertilidade”* (Ribeiro, s.d., p. 742). As Serras da Estrela e Montemuro, pela sua elevada altitude, afiguram-se como centros de condensação e retenção de humidade oceânica. Já a Gralheira, o Caramulo e Buçaco, a menor altitude que as anteriores e bastante pluviosas na vertente atlântica, permitem a passagem dos ventos que provocam abundância de chuvas em todo o planalto (Ribeiro, s.d., p. 742).

Saliente-se que fora das zonas de planalto, nas zonas de vales, o clima tem tendência a ser mais quente e seco (Ribeiro, 1998, pp. 101-102).



De acordo com Orlando Ribeiro, a zona Noroeste portuguesa, até ao baixo vale do Mondego, atinge uma temperatura média inferior a 15°, sendo amplitude anual inferior a 12°. Relativamente à precipitação, é geralmente superior a 1000 mm, havendo apenas 1 a 2 meses secos. Nas zonas de montanha com altitudes superiores a 700/800 m, a temperatura média não ultrapassa os 10° e o verão é frequentemente curto, fresco e seco. O inverno é longo, frio, havendo queda de neve. Nestas zonas, a precipitação aumenta, sendo superior 1500 mm, chegando a atingir os 3000 mm nas encostas que se encontram expostas aos ventos atlânticos, como é o caso da Serra da Estrela (Ribeiro, 1988, p. 331).

No que concerne à vegetação, na região da Beira Alta manifesta-se a presença de várias espécies vegetais comuns ao centro da Europa. Este cenário deve-se particularmente à influência do oceano na redução do calor e da secura estivais, assegurando a abundância de precipitação. As espécies mais comuns são os pinheiros e as árvores de folha caduca, nomeadamente os carvalhos e os castanheiros. O pinheiro bravo destaca-se pelo facto de atravessar o vale do Mondego, chegando a atingir alturas de 1100 m. O carvalho alvarinho também se encontra presente nesta área, não ultrapassando o limite sul do Mondego. Na verdade, esta espécie é substituída pelo carvalho negral, que não necessita de tanta humidade, na Cordilheira Central (Ribeiro, 1998, pp. 102-103).

### **3.3 Enquadramento histórico**

A área geográfica que foi trabalhada durante o período de estágio exhibe diversas lacunas no que diz respeito ao conhecimento histórico medieval. Apesar de nas últimas décadas se ter verificado uma proliferação dos estudos arqueológicos medievais, com incidência no território de Viseu, esta é ainda uma área com muito por explorar. A perecibilidade dos vestígios deixados por estas comunidades dificultam a sua identificação e, consequentemente, o seu estudo. A exceção encontra-se nas sepulturas rupestres, mais duradouras devido à sua constituição rochosa, assim como muito numerosas, em comparação com os restantes vestígios. Contudo, a frequente inexistência de espólio, material osteológico e de contextos estratigráficos torna problemática a atribuição de cronologias. Ao problema que o estudo das sepulturas por si só levantam, acresce ainda o facto, do território em estudo carecer de um acervo

documental significativo. A inexistência de referências concretas a sepulturas também não contribui para ajudar a datar e a entender o fenómeno.

Antes de se contextualizar o território de Viseu no período medieval, é necessário retroceder ao período romano, período chave para a compreensão da importância do território nas épocas seguintes.

A presença romana na cidade de Viseu remonta, muito provavelmente, ao século I a.C.. Todavia, foi no século I d.C. que a cidade terá sido estruturada (Carvalho e Fernandes, 2009, p.14). Esta capital de *Civitas* encontra-se numa posição central relativamente ao resto da Beira Alta, uma região marcada por rios e serras. É de realçar, que a sua situação geográfica garantia o acesso a terrenos agrícolas, propícios ao culto da vinha e da oliveira, assim como a bons recursos de água e minérios. Enquadrada pelos rios Vouga e Mondego (navegáveis durante muitas milhas naquele período), localizava-se “*a meio caminho entre o mar e a meseta, fazendo a transição entre os dois mundos.*”. Esta reunião de condições favoráveis certamente terá influenciado todo o seu desenvolvimento futuro (Vaz, 1997, pp. 338-346).

Um dos empreendimentos levados a cabo pelos romanos em Viseu, e que decididamente terá influenciado o modo de vida citadino, tal como o das zonas envolventes, foi a construção de uma boa rede de viária. Segundo Jorge de Alarcão, existiria uma estrada que de *Emerita Augusta*, iria até à *Egitania*, e daí, até Viseu. Esta estrada, juntamente com as suas ramificações formaria uma rede que ligaria as principais povoações da Beira Interior. Haveria igualmente uma estrada que poria Viseu em contacto com o eixo *Olisipo-Bracara*, acompanhando o vale do rio Vouga (Alarcão, 1988, pp. 101-105). Infelizmente, o conhecimento sobre esta temática no território português é ainda parco. Frise-se que à exceção das estradas que estabeleciam as ligações entre *Augusta Emerita*, *Olisipo* e *Bracara Augusta*, as restantes vias, situadas entre o Douro e o Tejo, carecem de um estudo mais aprofundado (Fabião, 2006, p. 281).

Tendo em conta que o império romano tinha como base uma sociedade de cariz urbano, em que determinadas cidades eram responsáveis pela exercício do poder político-administrativo, assim como pela hierarquização territorial, a construção de uma rede viária eficaz era imprescindível. Sublinhe-se que “*um caminho garantia o dinamismo do núcleo urbano ao assegurar-lhe o abastecimento de mercadorias e ao permitir-lhe o escoamento da produção artesanal urbana. Por outro lado, as estradas permitiam não só os contactos cidade-campo mas, igualmente implementavam rotas entre as zonas*

*litorais e as zonas do interior.*” (Monteiro, 2012, p. 36). Em acréscimo, refira-se que a rede viária romana também terá desempenhado um papel importante na cristianização do século IV.

Com o desmantelamento do império romano e a difusão dos povos bárbaros pela península ibérica, a rede de estradas ter-se-á mantido. Ainda que não existam dados documentais que atestem a utilização da rede de calçadas romanas, não é de estranhar que estes povos as tenham mantido em uso, dado que herdaram a estrutura administrativa romana. Parte da rede também se terá mantido nos períodos seguintes, pelo menos ao nível de certos caminhos, que terão continuado a ser utilizados (Monteiro, 2012, p. 36-38).

No período Suevo-Visigótico, Viseu assume-se como um centro episcopal, registando-se a presença dos seus bispos nos concílios peninsulares (entre 561 e 711). Por outro lado, destaca-se também ao nível da esfera política, uma vez que se comprova a cunhagem de moeda de ouro em quatro dos reinados visigóticos.

O colapso do reino visigótico e a consequente conquista da Península Ibérica pelos árabes, não significou uma cisão total com a ordem vigente no período anterior, continuando a verificar-se menções a bispos de Viseu nas fontes escritas. Esta situação assegura a prática do culto cristão, assim como a sobrevivência das estruturas eclesiásticas.

Com as presúrias levadas a cabo por Afonso III, entre os séculos IX e X, a cidade e os subúrbios de Viseu são “repovoados”. Nesta altura Viseu encontra-se sob a influência da esfera política asturiana. Outras referências mencionam ainda a presença, durante o século X, de Bermudo Ordonez, irmão de Afonso III. Este agregou junto de si uma corte aristocrática, o que atesta a importância de Viseu e o seu papel de liderança.

Outra referência a Viseu pode ser encontrada num evento decorrido em 997, em que o chefe militar muçulmano Almançor, antes do ataque a Santiago de Compostela, se reuniu com os seus apoiantes cristãos na cidade.

Por último mencione-se a ocorrência, em 1058, de um momento de viragem, na medida em que a Igreja de Viseu perde o seu papel de Diocese, ficando na dependência

da Diocese de Coimbra e passando a ser liderada por priores. Só posteriormente, em 1147, com o reinado de D. Afonso Henriques é que a Diocese volta a ser retomada.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Informação pessoal providenciada por Catarina Tente.

## **4. Metodologia e Considerações Teóricas**



## 4. Metodologia e Considerações Teóricas

O trabalho de estágio foi efetuado em duas principais etapas - o inventário e a georreferenciação – que obedeceram a uma metodologia própria, seguidamente explicada neste capítulo. Procura-se aqui apresentar as tarefas em que cada uma se desdobrou, assim como os critérios tidos em conta e *softwares* utilizados. Reservou-se ainda um subcapítulo destinado à análise dos dados inventariados e georreferenciados, em que se revela quais as linhas que guiaram a construção da mesma, assim como os resultados que se espera obter.

A definição da metodologia de trabalho resultou da articulação entre diversos objetivos. Em primeiro lugar, esta teve em vista o enriquecimento e a uniformização da informação disponível na base de dados *Endovélico*. A título de exemplo, é por este motivo que a pesquisa bibliográfica foi, à partida, direcionada para a busca de determinada informação que se enquadrasse nos critérios estabelecidos. Uma vez que estágio e o seu produto – o relatório – foram desenvolvidos como componente não-letiva do Mestrado em Arqueologia, foi necessário conceber uma metodologia de trabalho adequada um período de 12 meses (6 meses destinados a estágio e outros 6 ao tratamento dos dados obtidos e redação do relatório). A metodologia também foi adaptada a outro objetivo, que se relaciona com a possibilidade de compilação e posterior análise da informação inventariada e georreferenciada. Este aspeto é fundamental pois permitirá o estudo das sepulturas rupestres como uma manifestação da presença de comunidades alto-medievais no território em análise, constituindo-se como um contributo para o projeto EICAM.

### 4.1 Inventário

O processo de inventariação teve início com a pesquisa bibliográfica. De modo a simplificar a seleção da bibliografia que iria ser necessário consultar, começou-se por redigir uma lista inicial que contemplasse todos os sítios onde havia indícios da existência de sepulturas rupestres, no universo dos concelhos em estudo. Para a realização desta recorreu-se à base de dados *Endovélico*, assim como à do Projeto EICAM.

Dado que a consulta de bibliografia tinha como objetivo a identificação, registo e atualização da informação relativa às sepulturas rupestres no *Endovélico*, foi apenas

recolhida informação que fosse útil ao preenchimento das fichas de ocorrência<sup>10</sup> arqueológica da referida base de dados. Refira-se que existem dois tipos de fichas, a que foi utilizada neste estágio, correspondente a ocorrências identificadas em meio terrestre e a ficha de ocorrências detetadas em meio aquático. As fichas de ocorrência terrestres são fundamentalmente compostos por vários formulários/separadores, constituídos por campos de preenchimento livre ou a partir de listas de termos pré-definidos. Têm como objetivo compilar não só a informação técnico-científica, mas também a administrativa, respeitante a determinada ocorrência arqueológica. Estas são distinguidas umas das outras por um número de inventário – o CNS (Código Nacional e de Sítio) – que está indicado no topo de cada ficha. Saliente-se que apenas foram preenchidos os seguintes campos do separador *Identificação*<sup>11</sup>: *Designação*, *CNS*, *Meio*, *Processo*, *Tipo*, *Topónimo*, *Divisão Administrativa* e *Períodos*. Os separadores *Coordenadas*<sup>12</sup> e *Informação Auxiliar*<sup>13</sup> foram preenchidos na sua totalidade, sendo que no separador *Associações*<sup>14</sup> completou-se unicamente os campos: *Uso do solo*, *Conservação*, *Ameaças*, *Bibliografia*, *Processos* e *Trabalhos*. Os restantes separadores e campos não foram preenchidos devido a não se enquadrarem dentro das competências que me foram atribuídas.

No caso particular do campo *Descrição*, que integra o separador *Informação Auxiliar*, foram definidas regras que facilitassem a organização e uniformização do seu preenchimento. Estas tinham como objetivo acrescido, garantir que na informação apresentada fossem evidentes as principais características dos sítios com sepulturas rupestres, de uma forma não exaustiva e adaptada ao propósito de uma base de dados. Assim sendo, os parâmetros seleccionados<sup>15</sup> foram:

- O Número de sepulturas identificadas – foi registado se as sepulturas se encontravam isoladas, em pequenos grupos ou em necrópoles;

---

<sup>10</sup> Optou-se pelo termo ficha de ocorrência em vez de ficha de sítio, dado que duas ocorrências diferentes não têm de corresponder, necessariamente, a um sítio diferente, podendo ser apenas dois tipos de vestígios identificados no mesmo sítio. Estes foram individualizados com o intuito de mais facilmente serem encontrados por quem pesquisa no Endovélico.

<sup>11</sup> Vide Figura III.1

<sup>12</sup> Vide Figura III.2

<sup>13</sup> Vide Figura III.3

<sup>14</sup> Vide Figura III.4

<sup>15</sup> A escolha dos parâmetros baseou-se nos alguns itens das fichas de inventário publicadas por Catarina Tente em 2007, na respetiva Tese de Mestrado.



- As características tipológicas gerais – Referiu-se a existência de antropomorfismo ou não antropomorfismo e, quando possível, a tipologia secundária (ovalada, retangular, sub-retangular, etc.). Por vezes é também mencionada a tipologia da cabeceira;

- A altitude;

- As dimensões gerais – Registou-se, essencialmente, os comprimentos e largura máxima das sepulturas;

- A orientação;

- A zona de implantação geográfica;

- A área de implantação;

- A proximidade a outros vestígios arqueológicos;

- A referência a informações que aludissem à presença de outras sepulturas rupestres que possam estar ocultas na vegetação;

Atente-se que, por vezes, não foi possível referir estes parâmetros, na medida em que os mesmos nem sempre constavam da bibliografia. Sublinhe-se também que, para determinados sítios, foi ainda adicionada outro tipo de informação não incluída nos parâmetros mencionados, mas de relevância para uma melhor inventariação dos vestígios em estudo.

Em determinadas situações constatou-se, entre autores, a existência de disparidades ao nível da informação bibliográfica publicada para um único sítio. Assim sendo, optou-se por incluir a informação fruto de um estudo publicado com origem num trabalho arqueológico registado no Endovélico. Esta escolha prende-se com a uniformidade da informação, face aos restantes campos de registo no Endovélico e, naturalmente, com a legalidade dos trabalhos arqueológicos realizados. Assim sendo, quando se verificou alguma contradição ao nível da informação publicada, foi referido o autor que a publicou, fazendo-se apenas referência ao parâmetro em que discorda. As únicas exceções encontram-se no nº de sepulturas identificadas e na altitude a que se encontram, casos em que são referidas todas as hipóteses publicadas. A menção ao nº de sepulturas serve para alertar para a possibilidade de existirem outras ocultas na vegetação. Por outro lado, é feita alusão às diferentes altitudes publicadas, dado que estas podem referir-se a sepulturas diferentes dentro de um mesmo conjunto ou

necrópole. Posteriormente, estas referências poderão ser úteis na relocalização dos sítios.

Foram igualmente colocados os dados que se consideraram relevantes mas que não se encontravam na publicação adotada como base. Nos sítios em que não existia uma obra bibliográfica resultante de um trabalho arqueológico inserido na base de dados, foi escolhida a que contivesse o maior número de informação relacionada com as sepulturas rupestres e/ou que espelhasse a existência de um levantamento arqueológico das mesmas. Toda esta informação foi devidamente citada.

De modo a facilitar a identificação de ocorrências que já foram publicados com designações distintas, todas estas foram referidas nas fichas.

Mencione-se ainda que no campo *Espólio*, que integra o separador *Informação Auxiliar*, da ficha de ocorrência terrestre, foram essencialmente mencionados os materiais existentes nas imediações das sepulturas, sendo rara a existência de espólio no interior das mesmas.

Por último, procedeu-se também à atualização dos campos da base de dados relacionados com as fichas de informação sobre alguns dos Trabalhos e Projetos arqueológicos associados às ocorrências<sup>16</sup>. Nas ocorrências em que não existia informação bibliográfica, preencheu-se o campo *Descrição*, do separador *Informação Auxiliar* com parte da informação do trabalho arqueológico, fazendo-se, no final, referência ao último.

## 4.2 Georreferenciação

Na etapa seguinte procedeu-se à georreferenciação dos sítios inventariados. O processo de complementar o inventário com a georreferenciação tinha primeiramente em vista, não só, a correção de erros e inserção de novos sítios, mas também a eliminação de fichas de ocorrência arqueológica repetidas.

A georreferenciação foi efetuada através de um SIG, mais precisamente ao *Arcmap* 10.2, da *Esri*. Este *software* permite a visualização, edição e análise de dados geográficos. Os dados são armazenados através do formato vetorial *shapefile* (.shp),

---

<sup>16</sup> Vide Figuras III.5, III.6, III.7

onde estão incluídos a posição, o formato e os atributos dos elementos geográficos.<sup>17</sup> Esta etapa teve início com a criação de *shapefiles* individuais para cada concelho, onde foram inseridos todos os sítios presentes no *Endovélico* com referência a sepulturas escavadas na rocha, que já se encontrassem representados por uma georreferência (esta característica é indicada nas fichas de inventário do *Endovélico*). Assim, foi possível obter um panorama quantitativo dos sítios já georreferenciados e dos sítios a que seria necessário atribuir uma georreferência.

Os sítios foram visualmente representados através de um ponto central individual, tendo-se utilizado como mapa de base os excertos correspondentes da carta militar portuguesa, à escala 1:25.000, em formato digital. Dado que a DGPC apenas possui este tipo de cartografia no sistema *Hayford Gauss Igeoe*, todo o trabalho de georreferenciação foi efetuado neste sistema.

Em seguida procedeu-se à revisão das georreferências já existentes e inserção de novas, através de elementos de localização (excertos de cartas militares, mapas, coordenadas, topónimos, etc.) maioritariamente presentes na bibliografia e nos relatórios técnico-científicos onde são mencionados os sítios. Privilegiaram-se as localizações em formato de excerto de carta militar, não só por uma questão de precisão (dado que é o formato utilizado como mapa de base), mas também por este tipo de localização frequentemente integrar os relatórios técnico-científicos.

Quando não foram encontradas localizações neste formato, os sítios foram revistos/georreferenciados recorrendo-se às coordenadas de localização atribuídas pelos investigadores. Quando estas não se encontravam no sistema *Hayford Gauss Igeoe* procedia-se à sua conversão. Em certos casos, dado que a maioria das coordenadas publicadas não eram acompanhadas de metadados, não foi possível realizar o processo de conversão. Esta situação deveu-se ao facto de as coordenadas se encontrarem em sistemas de difícil compreensão e implantação. Foi também por este motivo que se privilegiou o uso dos excertos de carta militar em detrimento das coordenadas de localização.

Quando não existia nenhum destes tipos de localização, os sítios foram georreferenciados através do topónimo, quando presente na carta militar. Mencione-se ainda que, nos sítios onde foram efetuadas ações recentes de *Relocalização*,

---

<sup>17</sup> Informação disponível em <https://doc.arcgis.com/pt-pt/arcgis-online/reference/shapefiles.htm> (consultado a 27-05-2015)

*identificação e inspecção de Sítios*<sup>18</sup>, com registo das coordenadas em formato GPS, optou-se por se manter a georreferência já existente no *Endovélico*.

Em última instância, quando não se observou a existência de nenhum destes elementos de localização, os sítios tiveram de ser revistos/georreferenciados através de características que indiciassem a sua localização (proximidade a linhas de água, caminhos, igrejas e cemitérios atuais, etc.), presentes nos campos de inventário *Descrição* e *Acesso*. Na ausência destas características, os sítios foram aleatoriamente georreferenciados à freguesia. Sublinhe-se que a reduzida fiabilidade desta forma de georreferenciar, não permitirá uma análise espacial de grande precisão. No entanto optou-se, mesmo assim, por representar estes sítios no mapa, distinguindo-os dos restantes, através de uma cor diferente.

Os ficheiros *shapefile* incluem, para além da representação espacial de cada ocorrência, uma tabela de atributos, na qual é inserida informação descritiva sobre cada sítio individualmente representado no mapa. Esta tabela é composta por diversos campos de preenchimento, idênticos, ou relacionados com os do *Endovélico*<sup>19</sup>: *CNS, Designação, Metadados, Precisão, Longitude, Latitude, Y Militar, X Militar, Meio, Tipo, Períodos, URL, Distrito, Concelho, Freguesia, Folha Militar, Altitude, Acesso, N° de trabalhos, N° de Bibliografia* e *N° de Processo Classificado*. Saliente-se que o campo *Precisão*, diz respeito às diferentes fontes utilizadas para georreferenciar. Assim sendo, o termo *cartográfica* corresponde à utilização de cartas/mapas, o *bibliográfica* a coordenadas de localização, o *toponímica* a topónimos, o *GPS* a ações de Relocalização. Já o termo *A confirmar* corresponde à georreferenciação efetuada através da informação presente na *Descrição* e/ou *Acesso* ou através da freguesia.

É igualmente relevante referir que a carência de informação em determinados concelhos conduziu a tentativas de contacto com Câmaras Municipais, Arqueólogos, assim como outras entidades de cariz arqueológico.

Por questões de gestão de tempo e, no último caso, de meios, não foi possível efetuar a revisão sistemática de fotografias/plantas no *Endovélico*, ou realizar trabalho de campo que permitisse confirmar algumas georreferências.

---

<sup>18</sup> Este tipo de trabalhos têm sido efetuados pela tutela da Arqueologia ao longo dos anos (IPA, IGESPAR, DGPC) e têm como objetivo prospetar as áreas onde existem ou há indícios de vestígios arqueológicos.

<sup>19</sup> Estes campos foram selecionados pelos arqueólogos da DGPC.

### **4.3 Análise dos dados Inventariados e Georreferenciados**

No capítulo seguinte pretende-se apresentar e discutir parte da informação resultante do trabalho desenvolvido ao longo do estágio. A exposição dos dados será feita através de gráficos, que serão objeto de uma análise estatística básica. O objetivo final centrar-se-á na identificação de padrões no que concerne à presença das sepulturas escavadas na rocha no território em estudo.

Tendo em conta a dimensão da área geográfica analisada, assim como o grande volume de sítios inventariados, a realização de uma análise que permita a sua compreensão, torna-se crucial. O propósito não se encontra em desenvolver um estudo integral e individual sobre cada espaço funerário, mas sim em compreender as tendências existentes ao nível territorial e, por vezes, concelhio, no que diz respeito a dois principais aspetos – os tipos de agrupamentos existentes e a relação entre as sepulturas e o território envolvente. Note-se que não serão tecidas quaisquer considerações crono-tipológicas acerca desta classe de vestígios funerários, dado o impasse em redor da sua aplicação

É ainda de referir que a carência de trabalhos arqueológicos em determinadas zonas, limitou, de algum modo, esta análise, levando à exclusão dos concelhos mais problemáticos aquando da construção de alguns gráficos.

Pretende-se ainda abordar o nível de precisão dos dados georreferenciados. Nesta fase, a finalidade encontra-se em apreender quais os concelhos em que o conhecimento acerca da localização geográfica dos espaços funerários é mais, ou menos, razoável. Serão também discutidos os motivos que se encontram na origem destas realidades.



## **5. Discussão**





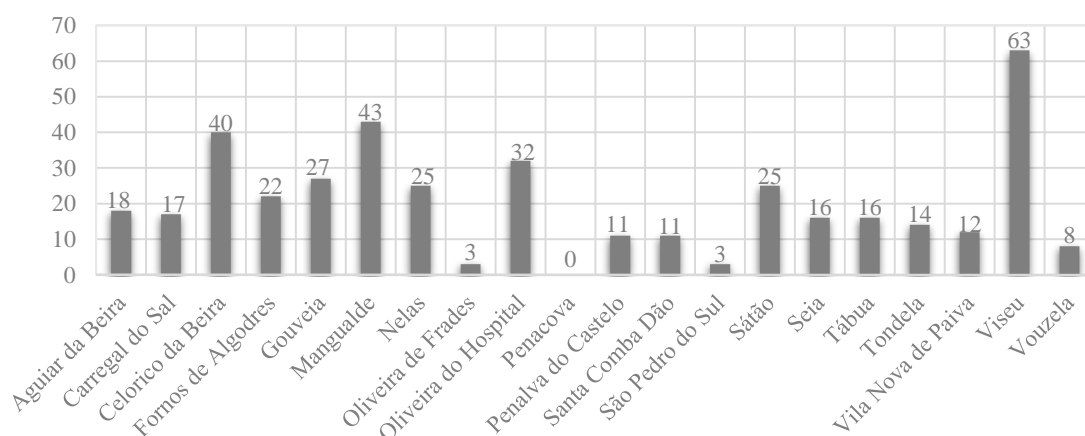
## 5. Discussão

### 5.1 Inventariação e Georreferenciação: Balanço do trabalho desenvolvido

O trabalho efetuado no *Endovélico*, que se centrou na inventariação e georreferenciação de sepulturas escavadas na rocha, permitiu a contabilização de 406 estações arqueológicas para a área em estudo. Deste número, 127 foram inseridas no decorrer deste estágio, enquanto que as restantes 279 (que já anteriormente constavam do registo no *Endovélico*), foram, na sua totalidade, alvo de atualização<sup>20</sup>.

Este trabalho permitiu, logo à partida, começar a discernir quais os concelhos onde a incidência deste tipo de sítios era superior, assim como aqueles onde este parcamente se manifestava. Através da construção do gráfico 1, pretende-se demonstrar essa mesma realidade.

Gráfico 1 - Número de estações arqueológicas com sepulturas rupestres por concelho.



O concelho com o maior número de estações funerárias rupestres é o de Viseu, com 63, seguindo-se o de Mangualde, o de Celorico da Beira e o de Oliveira do Hospital, com 43, 40 e 32, respetivamente. Destaque-se, igualmente, os concelhos de Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Nelas e Sátão, onde foram identificadas entre 18 a 25 estações. Nos concelhos de Carregal do Sal, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Seia, Tábua, Tondela e Vila Nova de Paiva as estações contabilizadas

<sup>20</sup> Consulte-se a Figura IV. 1. Note-se, que a sequência dos concelhos que é exposta na tabela a que se refere a figura, assim como nos gráficos que serão, seguidamente, expostos, organiza-se de acordo com a ordem alfabética.

variam entre as 11 e as 17. Em Vouzela foram registadas 8 e em Oliveira de Frades, assim como em São Pedro do Sul, foram registadas apenas 3. Unicamente no concelho de Penacova não foram identificados sítios arqueológicos com sepulturas escavadas na rocha.

Atente-se que os valores referidos poderão não representar a totalidade da realidade funerária rupestre nestas áreas. Esta incerteza alicerça-se no facto de não terem feito parte da contagem os sítios sobre os quais se desconhece a sua existência. Nestes incluem-se os que foram destruídos (Ex.: devido a construções, atividades agrícolas, vandalismo, etc.) ou que se encontram ocultos pela vegetação, e, sobre os quais não existe qualquer testemunho oral. Tendo em conta que o trabalho de inventário assentou na consulta bibliográfica e dos relatórios de trabalhos arqueológicos entregues à DGPC, os sítios situados em áreas que nunca foram alvo de prospeção, também não se encontram aqui registados.

A georreferenciação dos 406 sítios, previamente inventariados, visava a revisão e atualização deste tipo de informação no *Endovélico*. O desenvolvimento deste processo culminou na identificação de 165 estações arqueológicas com georreferências corretas. As restantes 241 incluem os novos sítios que foram introduzidos no Endovélico (aquando da etapa de inventário), assim como os que já constavam desta base de dados, mas que não possuíam georreferência ou que a apresentavam incorreta<sup>21</sup>.

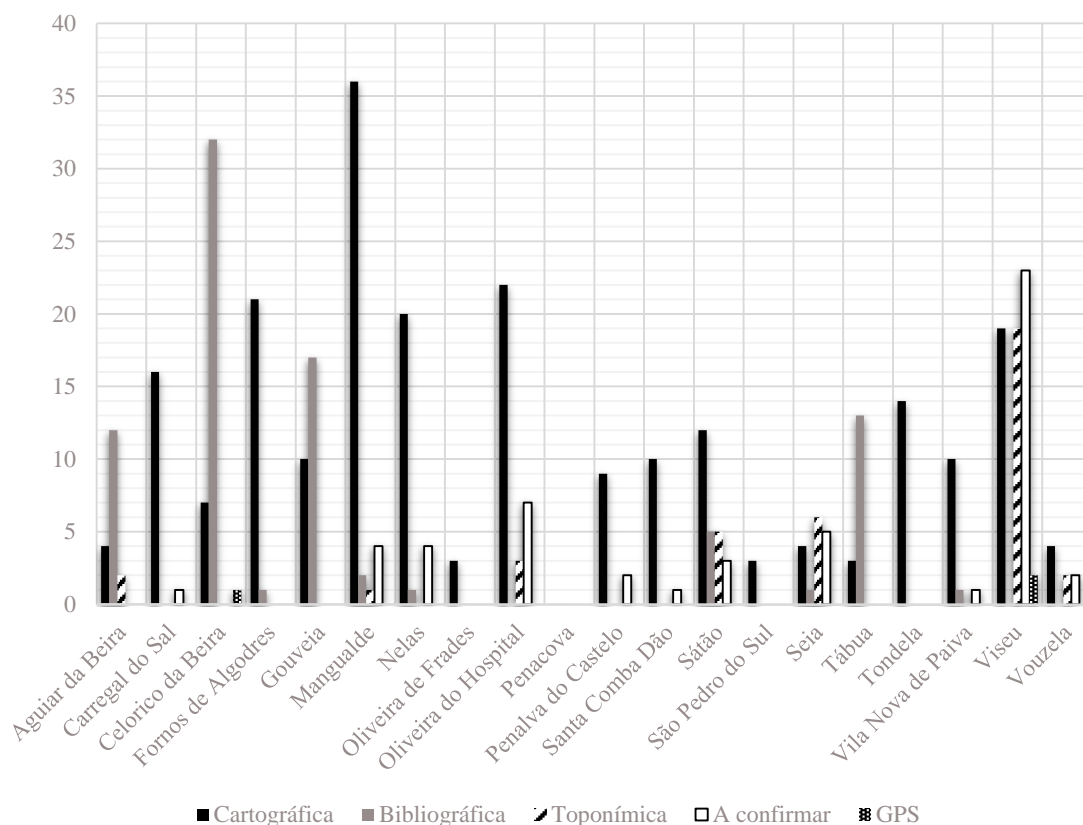
Gráfico 2 – Precisão na Georreferenciação das sepulturas.



<sup>21</sup> Vide Figura III. 1

A georreferenciação de cada sítio foi feita com base num dos 6 elementos/formatos de localização disponíveis<sup>22</sup>. Dada a sua natureza, considerou-se que os elementos cartográficos e as coordenadas de localização atribuídas por investigadores ou por ações recentes de *Relocalização, identificação e inspeção de Sítios* possuem um nível de precisão superior e mais fidedigna, em detrimento das restantes. Contudo, não houve a possibilidade de georreferenciar todas as ocorrências desta forma. Conforme se pode observar no gráfico 2, os sítios que foram corretamente georreferenciados (representados no gráfico pelos termos: cartográfica, bibliográfica e GPS, respetivamente) representam 315 de um total de 406 sítios.

Gráfico 3 - Precisão na Georreferenciação das sepulturas por concelho.



Note-se que, a nível concelhio (gráfico 3), unicamente em 6 concelhos as georreferências atribuídas foram todas efetuadas nestes termos. Esta realidade refere-se a Fornos de Algodres, Gouveia, Tábua, Tondela, Oliveira de Frades e São Pedro do Sul.

<sup>22</sup> Relembre-se que se tratam dos seguintes: elementos cartográficos; coordenadas de localização; localizações provenientes de ações recentes de *Relocalização, identificação e inspeção de Sítios*; elementos toponímicos; características presentes nos campos de inventário *Descrição* e *Acesso* que indiciassem a localização do(s) sítio(s); e, por último, georreferenciação aleatória com base na freguesia.

À exceção dos concelhos de Oliveira de Frades e São Pedro do Sul, constata-se que o grande número de georreferências fidedignas está diretamente relacionado com zonas alvo de grandes levantamentos, em que é notória uma preocupação na forma como a informação geográfica é apresentada. Isto é, existe um esforço no sentido de tornar os dados que permitem localizar os sítios, acessíveis a quem lê.

Ainda que os sítios georreferenciados de forma fidedigna se sobreponham aos que foram efetuados recorrendo-se a elementos toponímicos (representados nos gráficos 2 e 3 pelo termo toponímica), a referências a outros elementos físicos que indicassem a sua localização no terreno ou à localização da freguesia (representados nos gráficos 2 e 3 pelo termo A confirmar), estas três últimas formas ainda atingem um número considerável. Desdobrando esta questão, num universo de 406 georreferências em que 315 tiveram origem numa fonte confiável, contabilizaram-se um total de 91 que foram inseridas com base em informação de precisão duvidosa. Veja-se que mais de metade destas georreferências estão distribuídas por apenas três concelhos, mais precisamente, o caso de Seia com 11, de Viseu com 42 e de Vouzela com 4. A menção a estes foi propositada, visto que são os únicos concelhos em que o número de georreferências de natureza duvidosa se sobrepõe, ou iguala, às de natureza fidedigna. Destaque-se Viseu, em que a situação é gritante, na medida em que num total de 63 georreferências, apenas 21 são de natureza fidedigna, em comparação com 42 com um nível de precisão duvidoso.

Casos como o de Seia, Viseu e Vouzela, chamam à atenção para a necessidade de desenvolver mais o estudo de sepulturas rupestres nestas zonas. Atente-se que, apesar de haver registo de alguns levantamentos, é comum estes não incluírem informação sobre a localização geográfica específica de cada sítio ou, quando incluem, esta não ser de fácil leitura. Como exemplo refira-se as coordenadas que são publicadas sem o acompanhamento de metadados que as permitam identificar. Este aspeto limita consideravelmente no momento da conversão, quando se dá o caso de as coordenadas estarem em sistemas de difícil compreensão e implantação. Foi igualmente recorrente, ao longo do processo de georreferenciação destes concelhos, a consulta de bibliografia em que a única informação que permitia a localização dos sítios se encontrava em mapas de curvas de nível. Embora estes sejam úteis na observação dos relevos e irregularidades do terreno, entre outros aspetos, pouco contribuem para a georreferenciação específica de um sítio arqueológico, visto que não providenciam

dados suficientes para uma localização mais exata. Contudo, este problema seria facilmente resolvido com a consulta do relatório resultante da prospeção arqueológica em que se baseou o trabalho em questão. Isto porque, estes últimos, frequentemente incluem informações mais detalhadas e precisas relativas às localizações dos sítios, que por motivos diversos (como por exemplo o espaço disponível), não constam das versões publicadas. No entanto, note-se, que é comum os estudos mais antigos não terem entregue relatórios dos trabalhos de prospeção efetuados, à tutela. Esta situação afigura-se problemática para a DGPC, na medida em que impede a georreferenciação de diversas ocorrências arqueológicas, não chegando estas a poder estar disponíveis no Endovélico.

Para além das duas situações de extremos que foram referidas – casos em que todas as georreferências são fidedignas e casos em que existe sobreposição das georreferências duvidosas às fidedignas - existe ainda uma intermédia em que as georreferências fidedignas convivem com as de carácter duvidoso, apesar de as primeiras se apresentarem claramente em superioridade de número, em detrimento das segundas. São os exemplos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão e Vila Nova de Paiva, onde apenas uma ou duas georreferências são incertas. Destoam os casos de Mangualde, Nelas e Oliveira do Hospital, com 5, 4 e 10, respetivamente. Apesar dos números, em todos estes concelhos existem levantamentos que revelam uma preocupação em tornar acessíveis os dados que permitem localizar os sítios. Contudo, existem situações em que os investigadores, apesar de terem informações sobre os sítios (normalmente provenientes de publicações mais antigas), não os conseguem localizar. Refira-se que estes sítios poderão estar ocultos pela vegetação ou terem sido destruídos.

## **5.2 Agrupamentos funerários**

As sepulturas escavadas na rocha aparecem recorrentemente isoladas, agrupadas em núcleos de 2 ou 3 sepulturas, ou integradas em necrópoles. A área em estudo não escapa à regra, observando-se estes três tipos de manifestações funerárias, como se demonstra nos gráficos 4 e 5. Contudo, frise-se que, em determinados sítios, não foi possível registar qual o tipo correspondente. Por este motivo, decidiu-se que estes integrariam o sector indeterminado, que diz respeito aos sítios para os quais há

referência da existência de sepulturas rupestres mas em que não é feita menção, na bibliografia consultada, a um número concreto.

Gráfico 4 – Tipos de agrupamentos funerários.

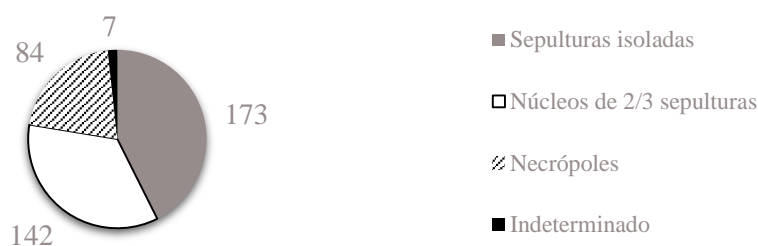
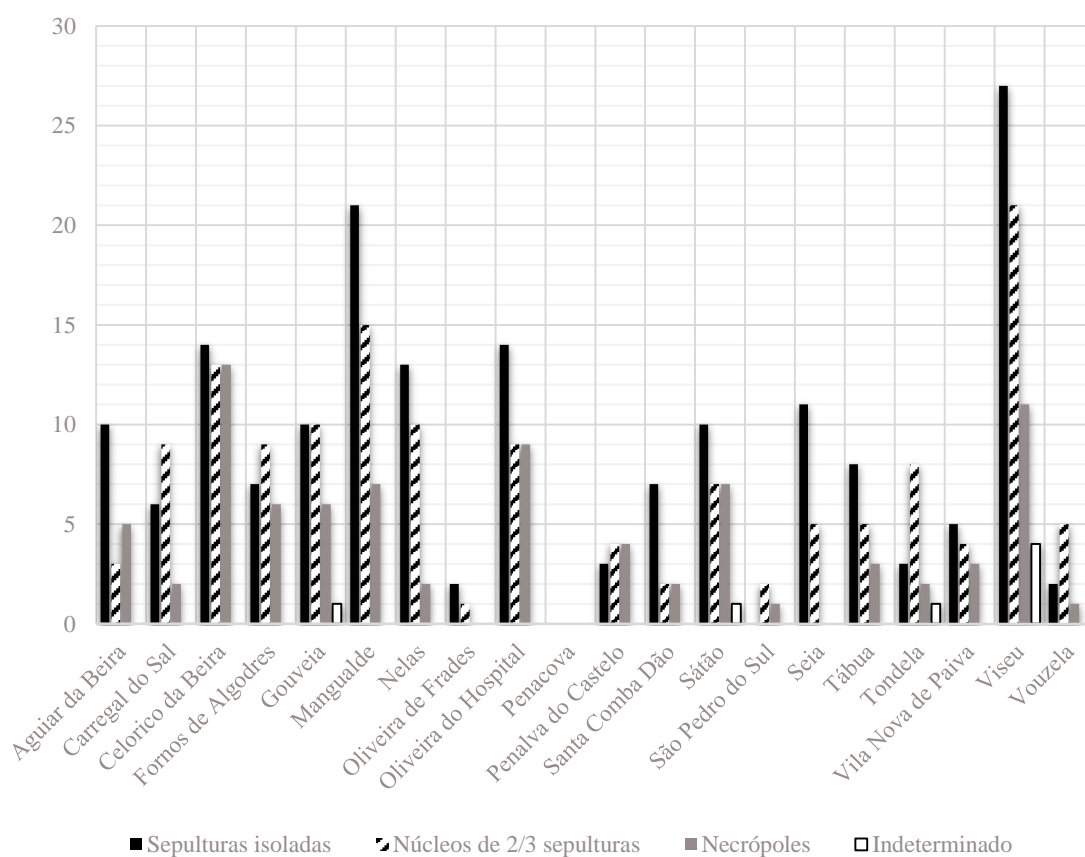


Gráfico 5 – Tipos de agrupamentos funerários por concelho.

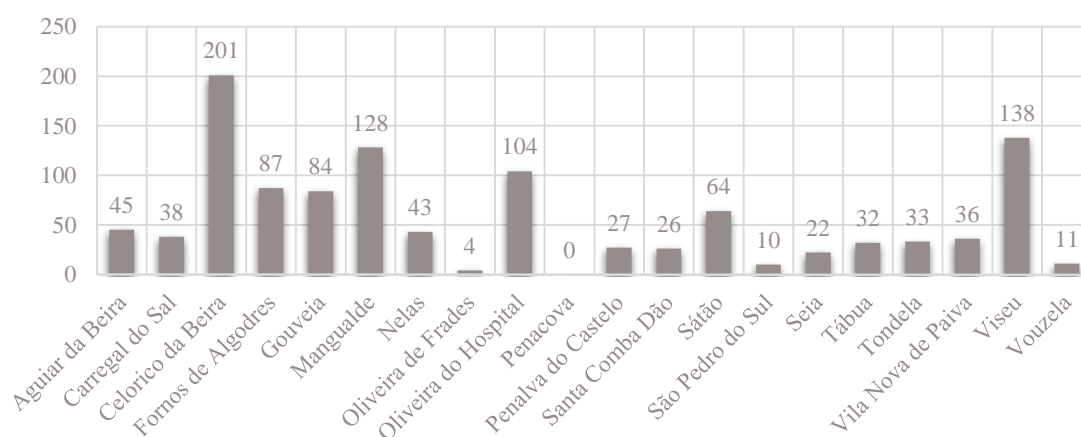


Atentando ao gráfico 4, concluiu-se que as sepulturas isoladas se encontram em maior número do que os restantes tipos, seguindo-se os núcleos de 2 ou 3 sepulturas e, por fim, as necrópoles. Já com a observação do gráfico 5, constatou-se que a tendência

existente em cada concelho, não segue necessariamente esta ordem. A título de exemplo, contabilizaram-se 7 concelhos em que o número de sepulturas isoladas não tem um carácter dominante em relação aos outros dois tipos. Neste grupo encontram-se Carregal do Sal, Fornos de Algodres, São Pedro do Sul, Tondela e Vouzela, onde se verifica uma predominância dos núcleos de 2/3 sepulturas; o concelho de Gouveia em que o número de sepulturas isoladas iguala ao que foi registado nos pequenos núcleos; e Penalva do Castelo, onde 8 dos 11 sítios registados ou fazem parte deste último tipo ou são necrópoles.

Note-se que em nenhum concelho se verifica uma predominância das necrópoles relativamente às sepulturas isoladas ou aos núcleos de 2/3 sepulturas. Este tipo de realidade não é singular desta zona. Ao estudar as sepulturas e necrópoles rupestres do Entre-Douro-e-Minho, Mário Barroca também constatou uma situação semelhante, ao verificar um predomínio das sepulturas isoladas e dos pequenos agrupamentos de sepulturas, em comparação com as necrópoles. A esta realidade, o investigador associou uma situação de povoamento disperso, em que as sepulturas espelhariam a presença de pequenos sectores de comunidades mais vastas (Barroca, 2010-2011, p.140). Também Inãki Martín Viso, ao analisar a região centro oeste da Península Ibérica (onde estão englobados alguns dos concelhos em estudo neste trabalho), constata a existência de um número avultado de sepulturas isoladas e de pequenos conjuntos. Este investigador apesar de também atribuir um carácter familiar a estes núcleos, relacionou-os com a ideia de vincular, territorialmente, a memória das famílias e dos indivíduos a que terão pertencido (Viso, 2012, pp. 170-171).

Gráfico 6 – Número de Sepulturas contabilizadas por concelho.

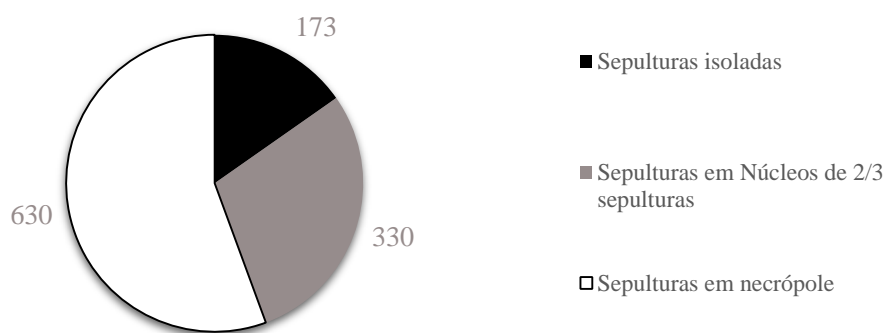


Distribuídas pelas 406 estações arqueológicas registadas, foram contabilizadas um total de 1133 sepulturas rupestres. Ao observar-se o gráfico 6 é constatável a existência de grandes variações no que concerne ao número de sepulturas existentes por concelho, tendo-se definido 7 grupos, de modo a facilitar a análise. Destaca-se um primeiro grupo, onde Celorico da Beira claramente sobressai com 201 sepulturas. Por ordem decrescente, seguem-se os concelhos de Viseu, Mangualde e Oliveira do Hospital, com 138, 128 e 104 sepulturas, respetivamente. Num segundo grupo estão integrados Fornos de Algodres, Gouveia e Sátão, onde o número de exemplares oscila entre os 64 e os 87, enquanto que em Aguiar da Beira e Nelas, a constituir um terceiro grupo, se encontram na ordem dos 40. O quarto grupo é composto pelos concelhos de Carregal do Sal, Vila Nova de Paiva, Tondela e Tábua onde se registaram entre 32 a 38 sepulturas. O quinto grupo é constituído por Penalva do Castelo, Santa Comba Dão e Seia, com números que variam entre os 27 e os 22. No sexto grupo encontram-se Vouzela e São Pedro do Sul, dois dos quatro concelhos onde o número de sepulturas identificadas é menor, apresentando o primeiro concelho 11 exemplares, enquanto que o segundo, apenas 10. Por fim, refira-se Oliveira de Frades, com unicamente 4 sepulturas e Penacova, com 0, ambos representando o sétimo grupo.

Sublinhe-se, que existem estações em que se desconhece o número de sepulturas e, por esse mesmo motivo, estas não integram o número referido. Esta situação de desconhecimento deve-se ao que já foi referido anteriormente, relativamente aos casos em que os autores não especificaram a quantidade de sepulturas existentes. O facto de vários exemplares poderem ter sido alvo de destruição ou estarem ocultos pela vegetação, contribui para a ideia de que o número aqui registado seria com certeza maior. Talvez seja devido a estes dois últimos motivos que o número de sepulturas identificadas em Vouzela contrasta tanto com o que foi identificado noutros concelhos. Já nos casos de São Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Penacova, o escasso número de exemplares identificados é facilmente explicado com a ausência de levantamentos nestas zonas. Contudo, frise-se, que a inumação através de sepulcros escavados na rocha não seria, muito provavelmente, a única forma de inumar a que estas comunidades recorreriam. Deste modo, a carência de sepulturas rupestres em determinados concelhos poderá ter resposta no uso de outras soluções funerárias, menos duradouras no tempo ou dificilmente distinguíveis através de trabalhos de prospeção.

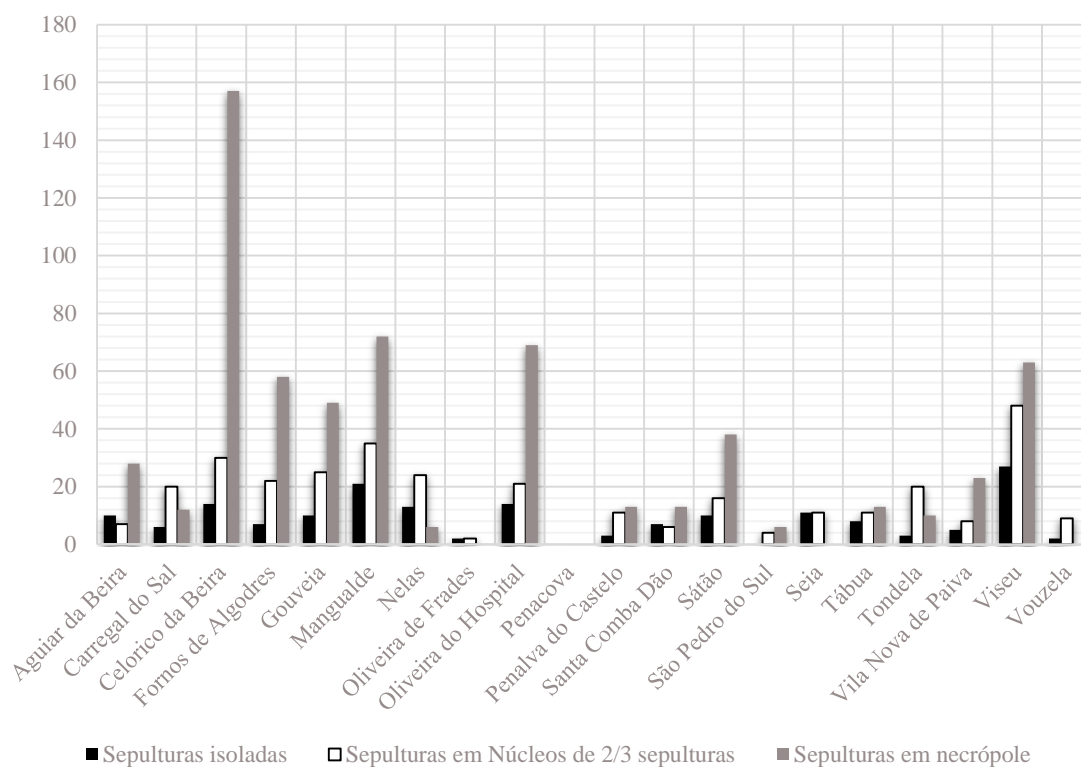


Gráfico 7 – Distribuição das sepulturas pelos diferentes tipos de agrupamentos.



Das 1133 sepulturas identificadas, 630 integram necrópoles, 330 estão em núcleos de 2/3 sepulturas e 173 encontram-se isoladas, como é perceptível no gráfico 7. Com o gráfico 8, constata-se que, ao nível concelhio, a tendência verificada no gráfico anterior a este, é visível em todos os concelhos do primeiro e do segundo grupo, destacando-se, uma vez mais, Celorico da Beira, que em 201 sepulturas, 157 estão incorporadas em necrópoles.

Gráfico 8 – Distribuição das sepulturas pelos diferentes tipos de agrupamentos, por concelho.



Por outro lado, no terceiro grupo, já se notam algumas disparidades, visto que no concelho de Nelas, 24, num total de 43 sepulturas, encontram-se distribuídas por conjuntos de 2/3, agregando-se nas necrópoles apenas 6 exemplares. Em Aguiar da Beira, embora a maioria das sepulturas se encontre em necrópoles, o número de exemplares isolados é superior ao total contabilizado nos conjuntos de 2/3. No que concerne ao quarto grupo destacam-se Carregal do Sal e Tondela, na medida em que apresentam, cada uma, 20 sepulturas distribuídas por conjuntos de 2/3 sepulturas. Nestes dois concelhos, este é o tipo de agrupamento que agrega o maior número de sepulturas, ao qual se seguem as Necrópoles e, só depois, as sepulturas isoladas. No quinto grupo, refira-se Seia, para o qual não há referências que indiquem a existência de necrópoles. É curioso que, neste concelho, o número de sepulturas na forma isolada e na de pequenos núcleos iguala-se, integrando, ambas as formas, 11 exemplares. Relativamente ao sexto grupo, mencione-se que em Vouzela não se registaram sepulturas incorporadas em necrópoles, visto que se desconhece o número exato existente na única necrópole identificada no concelho, localizada na sua Igreja Matriz. Em São Pedro do Sul, apesar do número de sepulturas em necrópole ser superior ao que se registou nos pequenos núcleos, a diferença é quase mínima. Já em Oliveira de Frades (sétimo grupo), a quantidade de sepulturas isoladas é idêntica à que se observou nos pequenos núcleos. Atente-se agora ao número de sepulturas existentes no interior de cada necrópole.

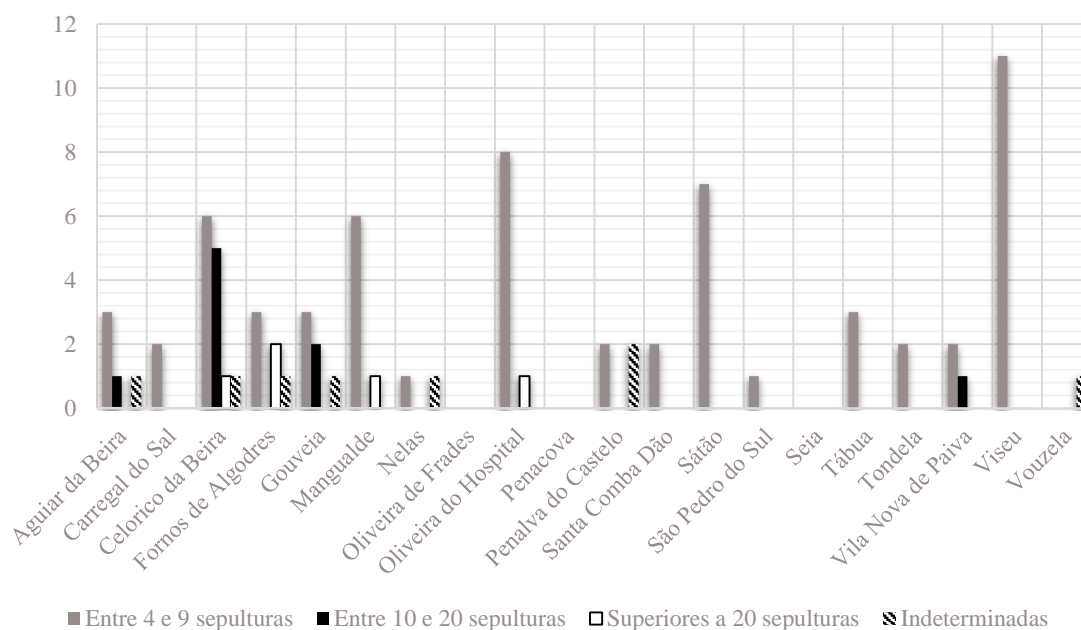
Gráfico 9 – Relação entre o número de necrópoles inventariadas e o total de sepulturas que estas integram.



Através da análise dos gráficos 9 e 10, verificou-se que as pequenas necrópoles, que agregam no seu interior entre 4 a 9 sepulturas, são as mais comuns, tendo-se

registado 62 sítios com estas características. Realce-se que este tipo de agrupamento ocupa grande parte da amostra, visto que no total se contabilizaram 84 necrópoles.

Gráfico 10 – Relação entre o número de necrópoles inventariadas e o total de sepulturas que estas integram, por concelho.



A primazia que as necrópoles com 4 a 9 sepulturas ostentam sobre as restantes, é igualmente nítida ao nível dos concelhos. Ressalte-se, que até naqueles em que o número de necrópoles não é superior a 5, a grande maioria não ultrapassa os 4 a 9 elementos. É o caso da quase totalidade dos concelhos do segundo ao sexto grupo. Uma das exceções encontra-se em Vouzela, onde não foi possível registar o número de exemplares na única necrópole existente e, por esse mesmo motivo, esta foi assinalada como indeterminada. Saliente-se ainda a condição de Seia, onde não foram identificadas necrópoles, tal como nos dois concelhos integrados no sétimo grupo (Oliveira de Frades e de Penacova).

Atente-se agora a Celorico da Beira, Viseu, Mangualde e Oliveira do Hospital, os quatro concelhos que constituem o primeiro grupo. Estes distinguem-se dos restantes, na medida em que se assumem como as zonas onde foi identificado o maior número de sepulturas e, em que a maioria destas, se encontra integrada em necrópoles. Em acréscimo, diferenciam-se também pelo número de necrópoles discriminadas, que

apesar de não ser elevado, é superior ao que foi individualizado nos outros grupos. Contudo, também neste grupo, é visível uma prevalência das necrópoles em que, no seu interior, não são ultrapassados os 9 elementos. Note-se, no entanto, que em Celorico da Beira foram identificadas cinco necrópoles com 10 a 20 sepulturas e uma em que o valor destas últimas excede os 20. Esta situação clarifica o facto de este concelho possuir 157 sepulturas agregadas em necrópoles. Um cenário aproximado ocorre em Mangualde e em Oliveira do Hospital, ambos com uma necrópole constituída por mais de 20 elementos.

Constata-se, então, que embora a grande parte das sepulturas se encontre integrada em necrópoles, estas últimas não possuem, na sua generalidade, um número superior a 9 elementos. Esta situação reforça, uma vez mais, a preponderância dos pequenos grupos de sepulturas em detrimento dos grandes espaços funerários.

### **5.3 Relação entre as sepulturas e o território envolvente**

Na tentativa de compreender um pouco acerca dos motivos por detrás da implantação geográfica dos espaços funerários rupestres, dar-se-á, seguidamente, início a uma análise focada na localização dos mesmos. Esta centrar-se-á exclusivamente na altitude dos locais e na possível relação que estes poderão ter com os vestígios arqueológicos nas suas cercanias.

No que diz respeito às altitudes que as zonas funerárias atingem, repare-se nos gráficos 11 e 12. Com a análise do primeiro, torna-se claro que o desconhecimento da altitude de determinados sítios é ainda elevado. Tendo em conta esta situação, optou-se por colocar no gráfico 12 apenas os concelhos em que o número de sítios com altitudes indeterminadas não fosse muito significativo em relação ao número de sítios que cada concelho inclui. Deste modo não figuram no gráfico os concelhos de Seia, Viseu e Vouzela. Também não constam aqueles em que o número de sítios é muito escasso, como são os casos de Oliveira de Frades, Penacova e São Pedro do Sul.

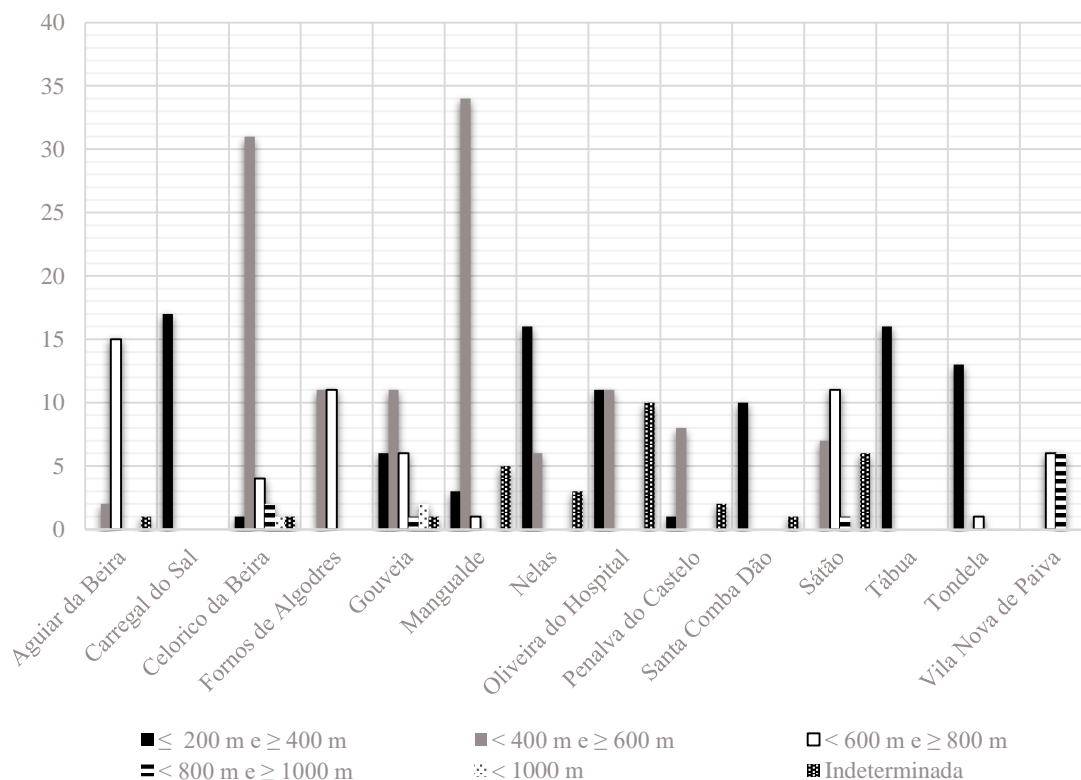
Na região em estudo, constatou-se a presença de um elevado número de sítios com sepulturas (155 estações arqueológicas) implantado num intervalo de altitudes situado entre os 400 m e os 600 m. A prevalência deste intervalo relativamente aos restantes não só é visível a nível geral, como nos próprios concelhos (Celorico da Beira, Gouveia e Mangualde). Já noutros (Carregal do Sal, Nelas, Santa Comba Dão, Tábua e

Tondela), o intervalo onde se situam a maioria dos sítios encontra-se entre os 200 m e os 400 m. Este afigura-se como o segundo intervalo onde se encontram o maior número de sítios com sepulturas (106 estações arqueológicas).

Gráfico 11 – Altitudes a que se localizam os sítios com sepulturas rupestres.



Gráfico 12 - Altitudes a que se localizam os sítios com sepulturas rupestres, por concelho.



Este tipo de disposição não é de estranhar, tendo em conta que as altitudes na Beira Alta variam, grosso modo, entre os 300 m e os 600 m (excetuando as zonas de

serra)<sup>23</sup>. Parece assim existir uma adaptação ao terreno disponível, não sendo evidente uma intenção de sepultar em determinados locais a que correspondam altitudes específicas.

Relativamente às altitudes estabelecidas entre os 600 m e os 800 m, englobam um total de 59 sítios. No entanto refira-se que unicamente em Aguiar da Beira e Sátão este intervalo se sobrepõe aos restantes. Relativamente aos concelhos de Oliveira do Hospital, Fornos de Algodres e Vila Nova de Paiva, os dados não parecem apontar para que haja uma prevalência de determinado intervalo de altitude. No entanto, note-se, que o grande número de sítios com altitude indeterminada em Oliveira do Hospital leva a questionar a validade desta afirmação para este concelho.

Contrastando com os sítios situados a média altitude, os que se encontram entre os 800 m e os 1000 m, assim como os que estão a uma cota superior a 1000 m, são visivelmente escassos. À exceção de Vila Nova de Paiva, onde foram identificadas seis estações arqueológicas implantadas entre os 800 m e os 1000 m de altitude, nos restantes concelhos o número de sítios a esta cota varia entre 1 e 2. É o que ocorre em Celorico da Beira, em Gouveia e em Sátão. No que diz respeito aos sítios a altitudes superiores a 1000 m, apenas se identificou 1 sítio em Celorico da Beira e 2 em Gouveia.

A caracterização da envolvente dos espaços funerários rupestres foi efetuada através da determinação do tipo e número de vestígios arqueológicos existentes, até uma distância de 1 km de raio destes. Este procedimento teve início com o uso de uma funcionalidade existente no programa de SIG, designada de *buffer*<sup>24</sup>, que foi aplicada à informação relativa ao registo da localização dos sítios com sepulturas rupestres (efetuado ao longo deste estágio), assim como à do registo da localização de todos os sítios que constam do *Endovélico*. De modo a não comprometer a análise, foram selecionados apenas os cinco concelhos com elevado número de sítios com sepulturas rupestres, corretamente georreferenciados. Esta opção prende-se, em primeiro lugar, com a impossibilidade de executar este tipo de exercício em todos os concelhos em estudo, visto que ocuparia grande parte da análise dos dados. Limitar-se-ia assim o espaço para abordar outros temas, igualmente importantes. Deste modo, escolheram-se os concelhos em que o número de sítios não é inferior a 25, (excluiu-se também Viseu que, apesar de reunir 63

---

<sup>23</sup> Informação pessoal providenciada pela Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catarina Tente.

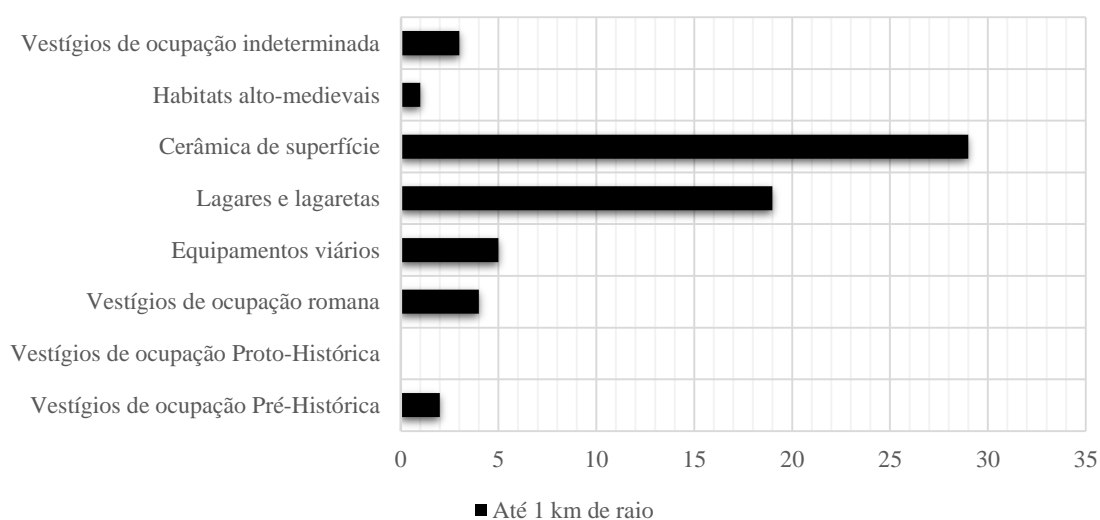
<sup>24</sup> Esta centra-se, fundamentalmente, em definir polígonos que contornam determinado ponto, a determinada distância. Através desta operação, o programa conseguirá, assim, identificar todos os pontos que se localizem no interior desses polígonos.

sítios, o número de georreferências duvidosas excede o de georreferências corretas). Seguidamente eliminaram-se as georreferências duvidosas nos concelhos selecionados. Este passo reveste-se de particular importância, dado que a incerteza relativa à sua localização poderia induzir em erro no momento de averiguar o tipo de estações arqueológicas nas suas proximidades<sup>25</sup>.

A informação obtida permitiu, posteriormente, contabilizar, por concelho, o número de sítios que foram identificados até uma distância de 1 km de raio dos espaços funerários, assim como a categoria que integram (Gráficos 13, 14, 15, 16 e 17). Note-se que não se encontram referidas no gráfico todas as categorias de sítios identificadas, escolhendo-se apenas aquelas que, pelo número de sítios existente e/ou pelo seu conteúdo, pudessem ser relevantes para a análise.

É ainda pertinente referir que não se pretende fazer um estudo exaustivo das várias categorias de vestígios identificadas. A informação relativa aos sítios que se irá apresentar foi retirada das fichas de inventário do Endovélico, que assentam na divulgação dos aspetos principais de cada ocorrência. Assim sendo, é também intenção mostrar as potencialidades que este sistema de informação encerra, na criação de um ponto de partida para o desenvolvimento de estudos de território.

Gráfico 13 – Tipos de vestígios identificados até uma distância de 1 km de raio das sepulturas rupestres do concelho de Celorico da Beira.



<sup>25</sup> Terminada esta triagem restaram 6 concelhos com o seguinte número de sítios: Celorico da Beira, com 40; Gouveia com 27; Mangualde, com 38; Nelas, com 21; Oliveira do Hospital, com 18; Sátão, com 17. Procedeu-se então à eliminação de Sátão, por ser o que apresenta um número menor.

Gráfico 14 – Tipos de vestígios identificados até uma distância de 1 km de raio das sepulturas rupestres do concelho de Gouveia.

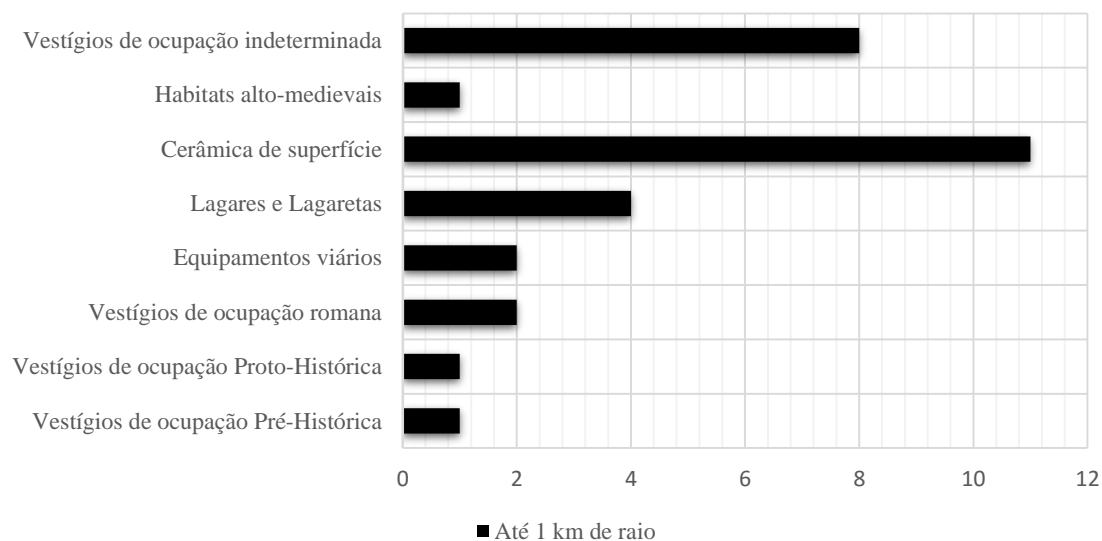


Gráfico 15 - Tipo de vestígios identificados até uma distância de 1 km de raio das sepulturas rupestres do concelho de Mangualde.

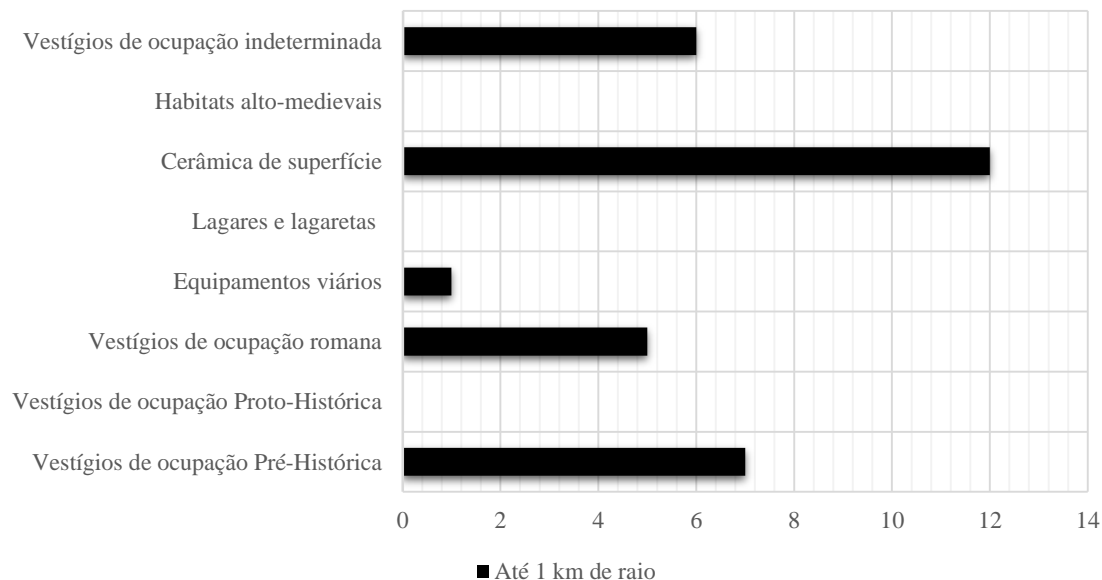




Gráfico 16 - Tipo de vestígios identificados até uma distância de 1 km de raio das sepulturas rupestres do concelho de Nelas.

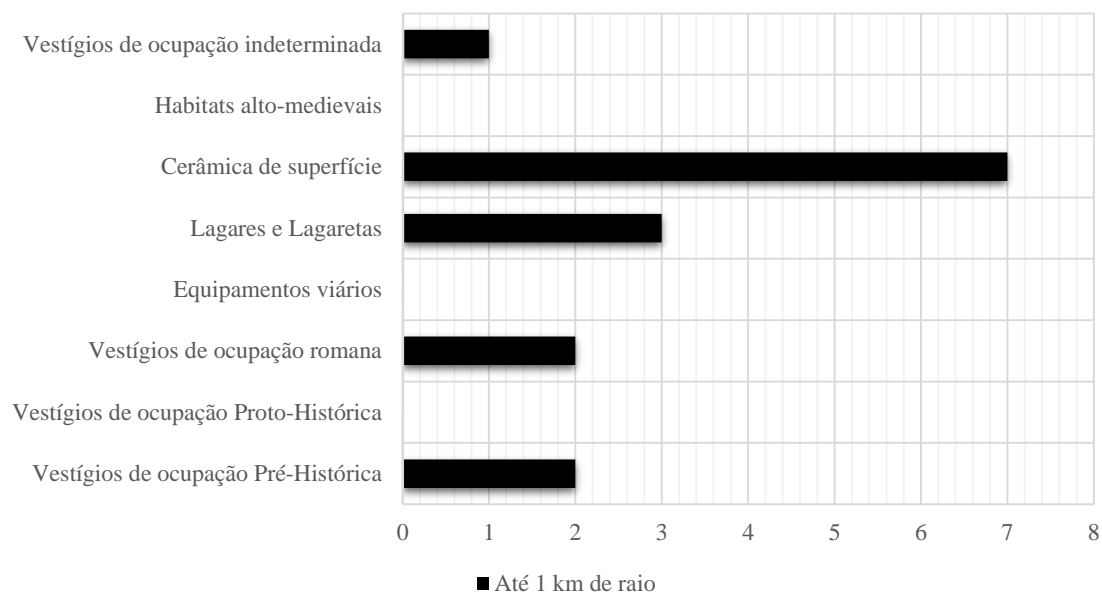
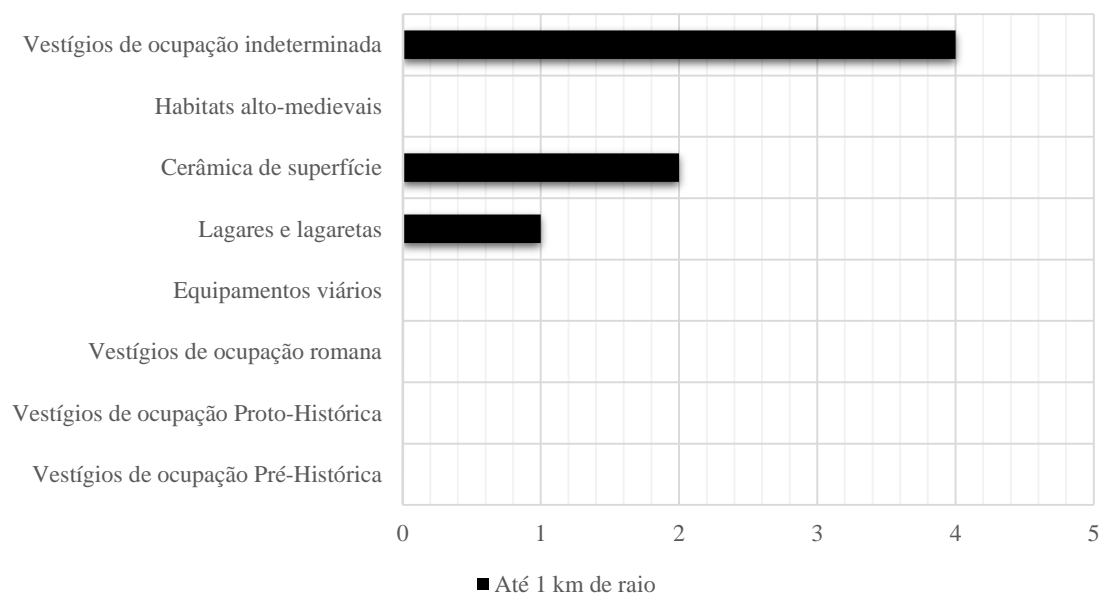


Gráfico 17 - Tipo de vestígios identificados até uma distância de 1 km de raio das sepulturas rupestres do concelho de Oliveira do Hospital.



Considerando que os indivíduos que ordenavam a construção dos espaços funerários rupestres viveriam nas imediações destas zonas, procurou-se fazer uma pesquisa no Endovélico por povoados alto-medievais. Apenas se consideraram os sítios em que está comprovada a existência destas zonas de habitat, e que, por este motivo, tiveram de ser alvo de escavações arqueológicas com uma metodologia adequada.

Nos cinco concelhos em análise, foram apenas identificados dois sítios com as características referidas no parágrafo anterior, encontrando-se, ambos, a uma distância que não ultrapassa os 500 m de sítios com sepulturas rupestres. Trata-se dos sítios de São Gens (Celorico da Beira, CNS 1316) e do Penedo dos Mouros (Gouveia, CNS 12085). Estes locais foram ocupados aproximadamente durante os séculos IX e X. O primeiro pode ser caracterizado por um recinto delimitado por uma muralha pétreia e uma paliçada que, no seu interior, albergavam diversas habitações (Tente, 2010, pp. 203-233). O segundo reporta-se a uma super-estrutura construída em madeira, adossada a um grande *tor* granítico, e que faz parte de um recinto, também amuralhado, provavelmente semelhante a S. Gens, no interior do qual estariam implantadas unidades habitacionais (Tente, 2010, pp. 203-233).

A identificação de um escasso número de povoados alto-medievais não significa, como é evidente, que estes não existam nas proximidades das sepulturas. Tal pode significar apenas que ainda não se fizeram suficientes escavações neste tipo de sítios arqueológicos. A falta de visibilidade destas zonas de habitat dificulta a sua identificação no decorrer de trabalhos de prospeção, tornando, ainda mais imperativa, a necessidade de realização de escavações arqueológicas. Ressalte-se que o desenvolvimento deste tipo de intervenções é crucial para a perceção do modo como estas sociedades viviam e se relacionavam com o espaço envolvente, incluindo o espaço funerário.

Ainda que, através de prospeções, a clara identificação das zonas de povoamento seja bastante problemática, estes trabalhos contribuem invariavelmente para a averiguação de zonas com este tipo de potencial. É o caso dos sítios onde se regista a presença de cerâmica de superfície de cronologia romana e/ou medieval.

A presença de cerâmica de superfície, até um raio de 1 km a partir das estações arqueológicas funerárias rupestres, é testemunhada nos cinco concelhos em análise. A informação registada no Endovélico acerca destes sítios, revela que a cerâmica identificada é, essencialmente, constituída por materiais de construção,

maioritariamente *tégulae* e *imbrices*. Estes, ainda que sejam materiais a que, frequentemente, se atribui uma cronologia romana, são amiúde encontrados nas imediações dos sítios com sepulturas escavadas na rocha. Esta realidade encontra explicação, no facto de a reutilização de materiais de épocas anteriores ser uma prática comum no período medievo, o que atesta a possibilidade destes sítios se constituírem como zonas com ocupação alto-medieval. Porém, à que não cair no erro de fazer generalizações abusivas, isto é, nada garante que estes locais pertençam ao mesmo horizonte cronológico que as sepulturas (Tente e Lourenço, 1998, p. 209).

Ao nível quantitativo, Celorico da Beira, com 29 sítios com cerâmica de superfície, destaca-se, em detrimento dos restantes, pelo elevado número que apresenta. Seguem-se Mangualde e Gouveia, com 14 e 11, respetivamente, e, por fim, Nelas, com 4 e Oliveira do Hospital, com 2. Note-se a possibilidade de existirem mais sítios com cerâmica de superfície, que por estarem ocultos pela vegetação, poderão ainda não ter sido identificados (Lourenço, 2007, p. 51). Esta situação talvez explique o reduzido número contabilizado nos dois últimos concelhos mencionados.

A escolha de um local para a construção de um espaço funerário rupestre poderia estar relacionada com o simbolismo intrínseco ao primeiro. Neste sentido, o prestígio que estes sítios emanariam, afigurar-se-ia como um elemento atrativo no momento da edificação dos sepulcros. Este tipo de situação poderá explicar a presença de sepulturas escavadas na rocha nas imediações de vestígios de épocas predecessoras à medieval, aos quais estivesse associado um valor simbólico (Viso, 2012, p. 174). A análise desta hipótese será aqui levada a cabo através do balanço das estações com vestígios pré-históricos, proto-históricos e romanos (excetuando os sítios em que estes apenas se resumem a cerâmica de superfície).

Do ponto de vista dos indícios pré-históricos, Mangualde distingue-se dos demais concelhos, com sete estações discriminadas. Em Celorico da Beira, Gouveia e Nelas estas não ultrapassam as duas, sendo que em Oliveira do Hospital o número é nulo. A grande maioria deste tipo de estações caracteriza-se pela presença de monumentos funerários megalíticos ou por manchas de ocupação onde, essencialmente, se observaram cerâmica e líticos. A sua cronologia remonta ao neolítico/calcolítico.

O período proto-histórico apenas se encontra representado no povoado do sítio do Castelo (Arcozelo da Serra) (CNS 11390), em Gouveia. Este sítio destaca-se pelo facto de apresentar uma longa diacronia de ocupação, tendo sido identificados níveis

que vão desde o período do bronze final/Idade do Ferro, passando pelo período romano e pela época alto-medieval. Esta última encontra-se visivelmente assinalada pela presença de sepulturas rupestres, que distam a menos de 100 m dos vestígios proto-históricos.

Relativamente aos vestígios referentes à presença romana, Celorico da Beira e Mangualde salientam-se, com 4 e 5, respetivamente, em detrimento de Gouveia, Nelas e Oliveira do Hospital. Este último distingue-se, uma vez mais, pela inexistência de vestígios. Sublinhe-se que a generalidade destes sítios se resumem a zonas onde foram identificadas estruturas ou elementos arquitetónicos. É concebível que a proximidade entre as sepulturas rupestres e sítios deste tipo se pudesse relacionar com uma intenção, por parte de quem mandou erigir as primeiras, de ocupar uma zona onde está presente material de construção romano, apto a ser reaproveitado (Viso, 2012, p. 174). Esta tendência para a reutilização, parece ter-se mantido ao longo do tempo na zona em estudo, visto que, entre os vestígios romanos, também se identificaram algumas inscrições integradas em edifícios religiosos posteriores, assim como numa casa habitacional atual.

A intenção, que remonta à antiguidade, de sepultar nas cercanias de caminhos, também não deve ser descartada como possível motivação para a implantação de espaços funerários em determinadas zonas (Vieira, 2004, p.78). Regressando à conceção de que as sepulturas se poderiam assumir como elementos simbólicos na paisagem, é do mesmo modo possível, que a sua presença junto a uma zona de passagem esteja associada à transmissão de uma mensagem (Viso, 2012, p. 174).

A pesquisa por equipamentos viários relacionados com a presença de zonas de passagem na periferia das sepulturas revelou resultados pouco concretos. Primeiramente, destaque-se que não foram encontrados vestígios em Nelas e em Oliveira do Hospital. Em Mangualde, apenas se identificou um marco miliário e em Celorico da Beira e Gouveia foram registados, respetivamente, cinco e dois troços de calçada. Nestes dois últimos concelhos a cronologia dos troços, que consta do Endovélico, varia entre romano e medieval, sendo frequente a atribuição de ambos.

A opção de não se excluir os troços a que foi atribuída uma cronologia exclusivamente romana, está alicerçado no facto de o estudo das vias de comunicação medievais, principalmente as locais, ainda não estar amplamente desenvolvido. Dado que há referência para que alguns caminhos romanos continuem em uso em período

medieval, achou-se que estes também deveriam constar da análise (Tente, 2007, p. 33). No que concerne às calçadas medievais, não há garantias de que estas tenham sido usadas na alta idade média, podendo a sua construção ter-se dado num período medieval mais tardio.

O aprofundamento do estudo das vias de comunicação medievais locais, com certeza contribuirá para uma identificação mais concreta dos caminhos que percorreriam os concelhos aqui em análise. Só nesse momento será possível constituir um mosaico mais completo dos que se encontram nos arredores das sepulturas.

Na envolvente das sepulturas rupestres foram igualmente identificados, locais com vestígios que no Endovélico se encontram referenciados como sendo de cronologia indeterminada. No interior de cada concelho, estes variam entre um (Nelas) e oito (Gouveia) e podem ser divididos em três tipos: estruturas (nomeadamente construções murárias); depressões, covinhas e estruturas escavadas na rocha (Ex.: degrau, pia, abrigo); e manchas de ocupação, onde é recorrente a identificação de elementos pétreos e vestígios relacionados com atividades metalúrgicas, na grande maioria, acompanhados de vestígios cerâmicos.

A indefinição cronológica que foi associada a estes vestígios, não permite, por agora, que se teça grandes conclusões. Nestes casos, a única hipótese encontra-se no aprofundamento do seu estudo, de modo a compreender a que tipo de realidade estes correspondem. Só nessa etapa a sua associação às áreas funerárias poderá tornar-se um pouco mais clara.

Atendendo à quantidade de exemplares identificados, optou-se por discriminar, nos gráficos 13 a 17, os lagares e lagaretas numa coluna à parte da correspondente aos vestígios de ocupação indeterminada. Todavia, note-se que, em comparação com Celorico da Beira (onde foram assinalados dezanove), os lagares e lagaretas pouca presença têm nas imediações dos sítios onde se encontram implantadas sepulturas escavadas na rocha (em Gouveia, Nelas e Oliveira do Hospital individualizaram-se, respetivamente, quatro, três e um exemplares). Refira-se o caso de Mangualde, onde se existem, ainda não foram identificados.

O significado da associação espacial entre sepulturas rupestres e lagares ou lagaretas é significativamente dúbio. Estes, apesar de numerosos nas zonas norte e centro do país, nunca foram alvo de muitos estudos. Esta situação é, em parte, resultante

dos problemas e indefinições que o seu estudo acarreta. A inexistência de contextos estratigráficos traduz-se numa indefinição cronológica e numa incompreensão no que toca aos detalhes do seu modo de funcionamento. Esta conjugação de incertezas torna ainda mais complicado o estabelecimento de qualquer relação entre estes vestígios e eventuais espaços nas cercanias (Tente, 2007, pp. 345-346).

## **6. Considerações Finais**





## 6. Considerações Finais

O trabalho de inventariação e georreferenciação desenvolvido na DGPC permitiu não só a atualização, como a inserção de diversas ocorrências relativas a estações arqueológicas com sepulturas rupestres, no *Endovélico*. A região de Centro do país tem assistido, nas últimas décadas, a um desenvolvimento da investigação nesta área, o que tem comportado novas identificações. Ao sistematizar toda essa informação, este trabalho revelou-se significativo no enriquecimento da base de dados da DGPC. Para além do mais, e uma vez que os dados inseridos ficarão também acessíveis no Portal do Arqueólogo, espera-se ter contribuído para o conhecimento e divulgação da temática funerária rupestre, e, consequentemente para a respetiva salvaguarda e proteção.

A principal dificuldade encontrada surgiu na etapa da georreferenciação, em que se manifestaram problemas no que diz respeito à fiabilidade das georreferências. Atentando à totalidade dos sítios georreferenciados, constata-se que a grande maioria apresentam georreferências fidedignas. Todavia, uma leitura de cariz concelhio, chama à atenção para a existência de concelhos, em que o número de sítios com georreferências duvidosas apresenta uma expressão considerável. As georreferências duvidosas estão relacionadas com a ilegibilidade da informação geográfica apresentada (quer em bibliografia quer em relatórios de trabalhos arqueológicos) ou, ainda que em menor número, na inexistência da mesma. Este tipo de situação, já constatada anteriormente pela DGPC, impede a georreferenciação de diversas ocorrências e, consequentemente, a acessibilidade a esta informação a partir do *Endovélico*. A resolução destes problemas apenas se consegue através do aumento de prospeções nas áreas para as quais a georreferenciação de sítios se afigurou mais problemática, de modo a colmatar estas lacunas.

A pesquisa e inserção de informação no *Endovélico* possibilitou realizar, posteriormente, a reunião e a organização de uma panóplia de dados sobre o fenómeno funerário rupestre na zona abordada. Foi assim desenvolvida uma análise na ótica desta zona, que se integra geograficamente na região da Beira Alta e, historicamente, no território de Viseu em época Alto-Medieval. Pretendeu-se, assim, não só compreender o fenómeno rupestre, como mostrar as potencialidades do Endovélico, na criação de um ponto de partida, para o desenvolvimento de estudos de território.

A análise permitiu ainda constatar que os sítios com sepulturas rupestres se encontram distribuídos, pelos diferentes concelhos em estudo, de forma bastante desigual. O contraste entre o elevado número identificado em Viseu, Mangualde, Celorico da Beira e Oliveira do Hospital, com o que se apurou em Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Penacova constitui prova disso. Estes espaços funerários apresentam-se tanto na forma de sepulturas isoladas, como na de grupos de 2/3 exemplares ou em necrópoles, sendo que o número que se registou, em cada categoria, segue a ordem apresentada. Apesar de esta mesma ordem variar de concelho para concelho, em nenhum destes foi verificada uma predominância das necrópoles relativamente às sepulturas isoladas, ou aos núcleos de 2/3 sepulturas. É concebível que esta disposição pudesse refletir uma situação de povoamento disperso, (Barroca, 2010-2011, p.140) ou que estivesse relacionada com a vinculação territorial da memória de determinadas famílias (Viso, 2012, pp. 170-171).

O confronto entre o número de sepulturas aferidas em cada concelho revelou, igualmente, a presença de grandes disparidades. Mais uma vez, Celorico da Beira, Mangualde e Viseu destacam-se, em detrimento de outros concelhos como Vouzela e Oliveira de Frades. Se o escasso número de exemplares existentes em alguns concelhos pode encontrar resposta na ausência de levantamentos, noutros casos, este não será, certamente, o motivo. O recurso a outro tipo de soluções funerárias é também uma hipótese plausível.

Apesar da maioria dos sítios estarem na forma de sepulturas isoladas, encontrando-se as necrópoles em menor número, a generalidade das sepulturas aparecem integradas em necrópoles. Porém, nestas últimas, nota-se uma tendência para que não excedam os 9 elementos, sendo rara a existência de grandes necrópoles.

A análise da relação entre as zonas sepulcrais e o espaço envolvente teve de ser limitada a apenas alguns concelhos, visto que nem todos reuniam a informação necessária para a adequada realização da mesma. Apesar das limitações, foi possível tecer algumas conclusões com base nas altitudes dos espaços sepulcrais e nos tipos de sítios, próximos dos mesmos, registados no *Endovélico*.

No que concerne às altitudes, o panorama geral parece transmitir uma imagem de adaptação ao terreno disponível. Deste modo, na área em estudo, não é evidente qualquer propósito em sepultar em locais a que correspondam altitudes específicas.

A observação dos arredores dos espaços funerários situados nos concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Mangualde, Nelas e Oliveira do Hospital, propiciou o discernimento de diversas estações arqueológicas, implantadas até um raio de 1 km das sepulturas. A escolha de examinar apenas cinco concelhos relacionou-se com a impossibilidade de abordar toda a área em estudo, o que limitaria, consideravelmente, o espaço disponível para desenvolver outros temas. Já a seleção dos concelhos referidos, em detrimento dos demais, deveu-se ao número elevado de espaços funerários rupestres existentes em cada um. Atentou-se igualmente a que o número de georreferências duvidosas presente nos mesmos, não fosse demasiado alto, de modo a não comprometer a análise.

A procura por zonas de habitat alto-medieval, em zonas próximas a sítios com sepulturas rupestres, não revelou resultados concludentes. A escassez relativa à presença destes sítios poderá estar relacionada com a perecibilidade e falta de visibilidade dos mesmos, o que dificulta, enormemente, a sua identificação através de trabalhos de prospeção. Esta problemática realidade, chama à atenção para a necessidade de se promover o incremento das escavações arqueológicas na ótica destes espaços, o que permitirá não só localizá-los, como caracterizá-los.

Independentemente das dificuldades inerentes ao reconhecimento das zonas de habitat através de prospeções, este tipo de atividade pode contribuir para a aferição de potenciais áreas deste tipo. É o caso dos sítios onde se regista a presença de *tegulae* e *imbrices*, testemunhados nos cinco concelhos alvo de análise, ainda que de forma heterogénea. A reutilização de materiais de construção romanos, em época medieval, cria a possibilidade destes poderem funcionar como elementos sinalizadores de sítios com ocupação alto-medieval (Tente e Lourenço, 1998, p. 209). Repare-se, de igual forma, que a implantação das sepulturas em determinados locais poderia se relacionar com a proximidade a sítios, que pelo valor simbólico inerente, se tornassem atrativos. Estes poderiam consistir em zonas com vestígios de épocas anteriores à medieval (Viso, 2012, p. 174), como é o caso dos sítios pré-históricos, proto-históricos e romanos. Salvo os segundos terem pouca expressão, os primeiros e os terceiros foram observados em quatro dos concelhos analisados, embora em fraca quantidade. Saliente-se que a ocorrência de sítios romanos nos arredores de sepulturas rupestres pode, igualmente relacionar-se, com um intento de sepultar próximo a áreas com materiais aptos a serem reaproveitados (Viso, 2012, p. 174).

A proximidade entre vias e espaços funerários rupestres está patente, de forma clara, em Celorico da Beira e em Gouveia. Este tipo de implantação poderia encontrar explicação na típica tradição romana de sepultar nas cercanias de caminhos (Vieira, 2004, p.78), ou talvez estivesse relacionada com a transmissão de algum tipo de mensagem, a quem por ali passasse (Viso, 2012, p. 174).

Nestes concelhos em análise também se localizou, nas imediações das sepulturas, vestígios acerca dos quais se desconhece a cronologia. Ainda que individualizados nos gráficos, também os lagares e lagaretas partilham desta indefinição. Este tipo de estrutura arqueológica destaca-se pelo elevado número de exemplares identificados em Celorico da Beira. Todavia, a existência de uma relação temporal entre estes e as sepulturas rupestres é, tal como em outros casos acima referidos, incerta (Tente, 2007, pp. 345-346).

Tendo em conta os problemas de percibibilidade inerentes ao registo arqueológico alto-medieval, assim como o facto de as manifestações funerárias rupestres se afigurarem como duradouras e abundantes, os estudos sobre estas últimas são essenciais para o entendimento do período em questão. Não obstante, atente-se que o panorama apresentado afigura-se como um quadro ainda incompleto, não sendo, portanto, uma representação fiel da realidade. A contribuir para esta ideia estão os sítios que não participaram desta análise, devido a terem sido destruídos, estarem ocultos pela vegetação ou se encontrarem em áreas nunca alvo de prospeção. Note-se também que o facto de a transmissão da informação ao público nem sempre ser feita da forma mais completa e adequada, não facilita esta situação.

De qualquer modo, creio que este estágio, e respetivo relatório, tenham sido e continuem a ser um contributo, quer para a DGPC, quer para o projeto EICAM. Consequentemente, julgo ter assim contribuído para o conhecimento do período alto-medieval no território viseense.

## **Bibliografia**



## Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1988) - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1993) - *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.
- ALMEIDA, A. (1942a) – As sepulturas antropomórficas de Sezures e de Castendo (Penalva do Castelo). *O Instituto*. Vol. 100. Coimbra, pp. 716-720.
- ALMEIDA, A. (1942b) - Por Terras de Penalva (Beira-Alta). Apontamentos para o estudo da Arqueologia e da História da Região. *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*. Vol. IX – Fascs. 1 e 2. Porto: Instituto para a Alta Cultura. p. 233-282.
- ALVES, A. (1982) – Notas e comentários. *Beira Alta*, 41: 3. Viseu: Assembleia distrital, pp. 717-726.
- ALVES, A. (1990) – A Igreja de São Julião da Azurara. Matriz de Mangualde. *Terras de Azurara e Tavares*, 1. Mangualde: Câmara Municipal, pp. 37-48.
- ARH D.C. (2012) - *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4*. Coimbra: Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.
- ARRAIS, A. J. do N. (2012) - *Arqueologia das terras de Besteiros: (contributos para a carta do património arqueológico do concelho de Tondela)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- BARROCA, M. J. (2010-2011) - Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho. *Portvgalia*, Nova Série, vol. 31-32. Porto: DCTP-FLUP, pp. 115-182.
- CARVALHO, P. M. S. de e FERNANDES, L. (2009) – *Vissaium. O Espírito do Lugar*. Viseu: Arqueohoje Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.
- CIHAFA (2005) – *Património Arqueológico de Fornos de Algodres*. Edição em CD-ROM. Fornos de Algodres.
- CORREIA, A. (1997) – Mangualde: Roteiro Turístico. *Terras de Azurara e Tavares*. VI. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde.
- CORREIRA, S. H. (coord.) (1985) – Necrópole de Mangualde. *Informação Arqueológica*, nº 5, Lisboa: IPPC, p. 144.
- CORREIA, V. (1912) - *Notas de arqueologia: a igreja de Lourosa da Estrela*. Lisboa.
- COSTA, F. J. dos S. (2008) - *Aguiar da Beira: Monografia*. Aguiar da Beira: Município de Aguiar da Beira.
- Cruz, D. J. da (2000a) - Património Arqueológico do Concelho de Vila Nova de Paiva: a ocupação humana do Alto Paiva desde a Pré-História à Alta Idade Média. *Estudos Pré-Históricos*, vol. 8, Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta e autores, pp. 251-263.

- Cruz, D. J. da (coord.) (2000b) – *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Paiva*. Vila Nova de Paiva: Câmara Municipal.
- DAVEAU, S. (1998) - *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DURVAN, S. A. de E. (s.d.) - Beira Alta. In *Grande Enciclopédia Universal*. Lisboa: DURCLUB, S.A.
- ESPÍRITO SANTO, S. (2001) – Senhorim. *Memórias que o tempo não apagou*. Nelas: Câmara Municipal de Nelas.
- FABIÃO, C. (2006) – A romanização do atual território português. In MATTOSO, J. (Dir.) - *História de Portugal – Antes de Portugal*, Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, SA e Autores, pp. 224-317.
- FERNANDES, B. (2005) - *Carta Arqueológica do Concelho de Aguiar da Beira 1ª fase*. Aguiar da Beira.
- GIRÃO, A de A (1922) - *Bacia do Vouga: Estudo Geográfico*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Ciências Geográficas).
- GOMES, L. e CARVALHO, P. (1992) - O património arqueológico do concelho de Mangualde. *Terras de Azurara e Tavares*, Vol. 3. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde.
- HALL, T. (1998) – *Concelho de Oliveira do Hospital: Subsídios para a sua História*. Oliveira do Hospital.
- JÚNIOR, S. F. de M. (2003) - Monografia de Ervedal da Beira. Vol. I. [S.I.: s.n.]. Empresa Gráfica Feirense
- LAUTENSACH, H. (1987) - As Características Fundamentais da Geomorfologia. In *Geografia de Portugal*, vol. I, *A posição geográfica e o território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 119-160.
- LEMO, P. L. F. de (2001) - *Penaverde (Aguiar da Beira): a sua Vila e Termo*. Guarda: Pe. Luis Ferreira de Lemos.
- LOBÃO, J. C. ; MARQUES, A. C. ; NEVES, D. (2005) - Forno Telheiro: Celorico da Beira. *25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior*. Trancoso: ARA, pp. 22-23.
- LOBÃO, J.; MARQUES, A; NEVES, D. (2006) - Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo. *Praça Velha*, 19. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.
- LOBÃO, J.(coord.); MARQUES, A. (coord.); TENTE, C. (coord.) (2013) – *S. Gens ao longo do Tempo e da História*. Celorico da Beira: Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- LOURENÇO, S. (2007) - O povoamento alto-medieval Entre-Os-Rios Dão e Alva. *Trabalhos de Arqueologia*, 50. Lisboa: IPA.
- LUSITANUS, C. (1975) - Em Terras da Lusitânia. Apontamentos sobre Arqueologia de alguns lugares da Beira Alta Distrito de Viseu. *Beira Alta*, 34:1, pp. 241-263.
- MARQUES, H. C. (1986) - *Carregal do Sal, no coração da Beira*. Carregal do Sal: Câmara Municipal.
- MARQUES, J. A. de M. (s.d.) - *Percursos de Arqueologia. Região de Turismo Dão Lafões*. Viseu: Região de Turismo de Lafões.



- MARQUES, J. A. de M. (1991) - Sepulturas Rupestres de Côta, Viseu. *Beira Alta*, 50:1-2. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 169-178.
- MARQUES, J. A. de M. (1992) – Contributo para o estudo das sepulturas escavadas na rocha: Necrópole das Forçadas (Matança, Fornos de Algodres). *Beira Alta*. Vol. LI, nº 1-2. Viseu: Assembleia Distrital, pp. 85-129.
- MARQUES, J. A. de M. (1996) – Contributo para o estudo do povoamento da região de Viseu na Alta Idade Média. *MÁ THESIS*, nº 5, Viseu: Departamento de Letras da Universidade Católica Portuguesa, pp. 205-211.
- MARQUES, J. A. de M. (1999) - *Carta arqueológica do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.
- MARQUES, J. A. de M. (2000) - *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Viseu.
- MARQUES, Jorge Adolfo de Menezes (2005) – *Vouzela: Património Arqueológico: Sítios e Rotas*. Vouzela: Câmara Municipal.
- MARQUES, J. A. de M.; EUSÉBIO, M. de F. (2005) – *Arqueologia e Arte no concelho de Nelas*. Nelas: Câmara Municipal de Nelas.
- MARQUES, J. A. de M. (2009) – A terra de Viseu: Reconquistar, viver e morrer. *Arte, Poder e Religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em reconstrução*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.
- MARQUES, J. A. de M. (2012) - *Lafões - História e Património*. Viseu: Edições Esgotadas.
- MARTINS, A.F. (1940) - *O esforço do homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico*. Tese de licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MONTEIRO, H. (2012) – *A Estrada da Beira: Reconstituição de um traçado medieval*. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- NEVES, F. (2010) – *Arqueologia Rural: Concelho de Oliveira do Hospital*. Oliveira do Hospital: Câmara Municipal.
- NÓBREGA, P. (2004) - *Sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Quintela da Azurara*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NÓBREGA, P. P. (2005) - Intervenção Arqueológica em Mangualde coloca a descoberto sepultura escavada na rocha. *Boletim Municipal O Zurão*. nº 4. Mangualde: Câmara Municipal, p. 17.
- NÓBREGA, P. P. (2008) - *O Património Arqueológico e Arquitectónico de Mangualde*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Património. Lisboa: Universidade Aberta.
- OLIVEIRA, M. R. de (1939) - *Celorico da Beira e o seu Concelho através da História e da Tradição*. Celorico da Beira.
- PAIXÃO, Carlos; PAIXÃO, Tó-Zé (2000) - *Aguiar da Beira: Roteiro Turístico*. Aguiar da Beira: Caruspinos.

- PEDRO, I.; VAZ, J. ; MARQUES, J. (1994) - *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão Lafões*. Viseu: [s.n].
- PEDRO, I. e MARQUES, J. A. de M. (1999) – *Património Arqueológico de Vouzela: Catálogo de Exposição*. Vouzela: Câmara Municipal.
- PINTO, A. (1983) – Notas sobre a necrópole medieval da Igreja Matriz de Mangualde. *Mundo da Arte*. Nº 16. Coimbra: Câmara Municipal. Serviços de Cultura e Turismo, pp. 67-70.
- PINTO, E. J. de J. (1999) - Contributo para o inventário arqueológico do Concelho de Nelas. Freguesia de Canas de Senhorim. *Beira Alta*, 58:12. Viseu: Assembleia distrital, pp. 105-140.
- PINTO, E. J. de J. (2006) - *Roteiro do Museu Municipal de Carregal do Sal*. Carregal do Sal: Câmara Municipal de Carregal do Sal.
- PEDRO, I. (1999) - Sepulturas Escavadas na rocha do Distrito de Viseu, *II Colóquio Arqueológico de Viseu - Livro do Colóquio*. Viseu: Associação de Defesa do Património e Ambiente – Amigos da Beira, pp.22-27.
- RAPOSO, J. (2001) - Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 100-157.
- REBELO, F. (1991) - Considerações gerais sobre o relevo granítico em Portugal. *Cadernos de Geografia*, nº 10. Coimbra: IEG, pp. 521-535.
- REBELO, F. (1992) - Relevo de Portugal - uma introdução. *Inforgeo*, 4, Lisboa: Colibri, pp. 17-35.
- RIBEIRO, O. (s.d) - Beira Alta - Introdução geográfica. In *Guia de Portugal*. Vol. III: 2: *Beira Baixa e Beira Alta*. Lisboa, p. 741-745.
- RIBEIRO, F. M.; SILVA, M. A. (1997) - Sepulturas escavadas na rocha do Concelho de Seia. In *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Amigos da Beira, p. 127-142.
- RIBEIRO, O. (1998) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 7ª Edição. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- RODRIGUES, A. V. (1979) - *Celorico da Beira e Linhares: Monografia histórica e artística*. Celorico da Beira: Câmara Municipal, pp. 35-38.
- SOUSA, J.R. (1999) – *Terras de Côvo e Alto Paiva*. Viseu: Edição de Autor.
- TAVARES, A. (1999) - *Sepulturas escavadas na rocha no Concelho de Mangualde*. Edição de autor. Mangualde.
- TAVARES, A. (2006) - Sepulturas Escavadas na Rocha. Preservação ou abandono? *Al-madan*, IIª Série (14). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 7
- TAVARES, A. (2007) - *Sepulturas escavadas na rocha das freguesias de Cunha Baixa e Espinho (Mangualde). Contributos para a História da Alta Idade Média numa micro-região*. Mangualde: Grupo Cultural e Recreativo de Santo Amaro de Azurara.
- TENTE, Catarina (s.d.) - *Roteiro Arqueológico de Gouveia*. Gouveia: Câmara Municipal.

- TENTE, C e MARTINS, A. (1994) – Levantamento arqueológico do Concelho de Gouveia, 1ª fase: a necrópole medieval do Risado, o conjunto de Carreira Cova e a Sepultura do Penedo dos Mouros. Notícia preliminar. *Trabalhos de Arqueologia*. Nº2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 283-191.
- TENTE, C. e LOURENÇO, S. (1998) - Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1:2. Lisboa, pp. 191-218.
- TENTE, C. (2007) - A ocupação alto-medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela. *Trabalhos de Arqueologia*, 47. Lisboa: IPA.
- TENTE, C. (2009) – *Dos “Bárbaros” ao Reino de Portugal. O território de Celorico da Beira nos séculos V a XII*. Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TENTE, C. (2010) - *Arqueologia medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TENTE, C. (2011) - Habitats Camponeses no Alto Mondego nos séculos IX e X: um Ensaio de Etno-arqueologia. *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular - Encontros e Desencontros*. Lisboa: IAP, pp. 209-218.
- TENTE, C. (2013) - Soluções defensivas das comunidades rurais no Alto Mondego entre os séculos IX e X. Fortificações e Territórios na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI) - *II Simpósio Internacional sobre castelos*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 43-49.
- VALERA, A. C. (1990) - *Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres*. Fornos de Algodres: GAFAL.
- VALERA, A. C. (1993) – *Património Arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres – 1ª fase da Carta e Roteiro*. Fornos de Algodres: Associação de Promoção Social Cultura e Desportiva de Fornos de Algodres.
- VALERA, A. C. (1994) - Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego - EAM, pp. 273-282.
- VALERA, A. C. (2000) - O Património arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres: Investigação, Valorização e Divulgação (1987-1998). *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior: Beira Interior História e Património*. Guarda: Mª do Céu Ferreira, Manuel Sabino Perestrelo, Marcos Osório, António Augusto Marques, pp. 343-350.
- VASCONCELOS, J. (1917) – Coisas Velhas. *O Archeologo Português*, 22: 1-12. Lisboa, pp. 107-168.
- VAZ, J. L. I. (1991) - *Para uma Carta Arqueológica do Concelho de Sátão*. Viseu.
- VAZ, J. L. I. (1997a) - *A Civitas de Viseu: espaço e sociedade*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 174-175.

VAZ, J. L. I. Et. Al. (1997b) - *Castelo e Terras de Pena Alba: Vestígios Histórico-Artísticos*. Castelo de Penalba: Associação Cultural Castro de Pena Alba.

VIEIRA, M.A. (2004) - Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval. *Trabalhos de Arqueologia*, 36. Lisboa: IPA.

VIEIRA, M. (2006) - Alguns aspectos do povoamento tardo antigo e alto medieval, *Conimbriga*, vol. 45, Coimbra: Instituto de Arqueologia, pp. 313-336.

VISO, I., M. (2008) - Tumbas y sociedades locales en el centro de la península en la alta edad media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal). *Arqueología y Territorio Medieval*, 14. Universidade de Jaén. Jaén, p. 21 – 47.

VISO, I., M. (2012) - Enterramientos, Memoria Social y Paisaje en la Alta Edad Media: Propuestas para un Análisis de las Tumbas Excavadas en Roca en el Centro-Oeste de la Península Ibérica. *Zephyrus*, LXIX. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 165-187.

Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio da Secretaria de Estado da Cultura. (Em Linha). *Diário da República*, 1.ª série — N.º 102. (consultado a 20-04-2015). Disponível em [http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/dgpc\\_enquadramento\\_legal/115\\_2012\\_dgpc.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/115_2012_dgpc.pdf)

Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho da Secretaria de Estado da Cultura. (Em Linha). *Diário da República*, 1.ª série — N.º 142. (consultado a 20-04-2015). Disponível em [http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/dgpc\\_enquadramento\\_legal/223\\_2012.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/223_2012.pdf)

Despacho n.º 1142/2012 de 16 de Agosto da Secretaria de Estado da Cultura. (Em Linha). *Diário da República*, 2.ª série — N.º 158. (consultado a 20-04-2015). Disponível em [http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/dgpc\\_enquadramento\\_legal/despacho1142\\_2012unidadesflxiveisdadgpc.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/despacho1142_2012unidadesflxiveisdadgpc.pdf)

<http://projecto-iem.wix.com/eicam#!intropt/cltit> (consultado a 19-05-2015).

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> (consultado a 22-05-2015).

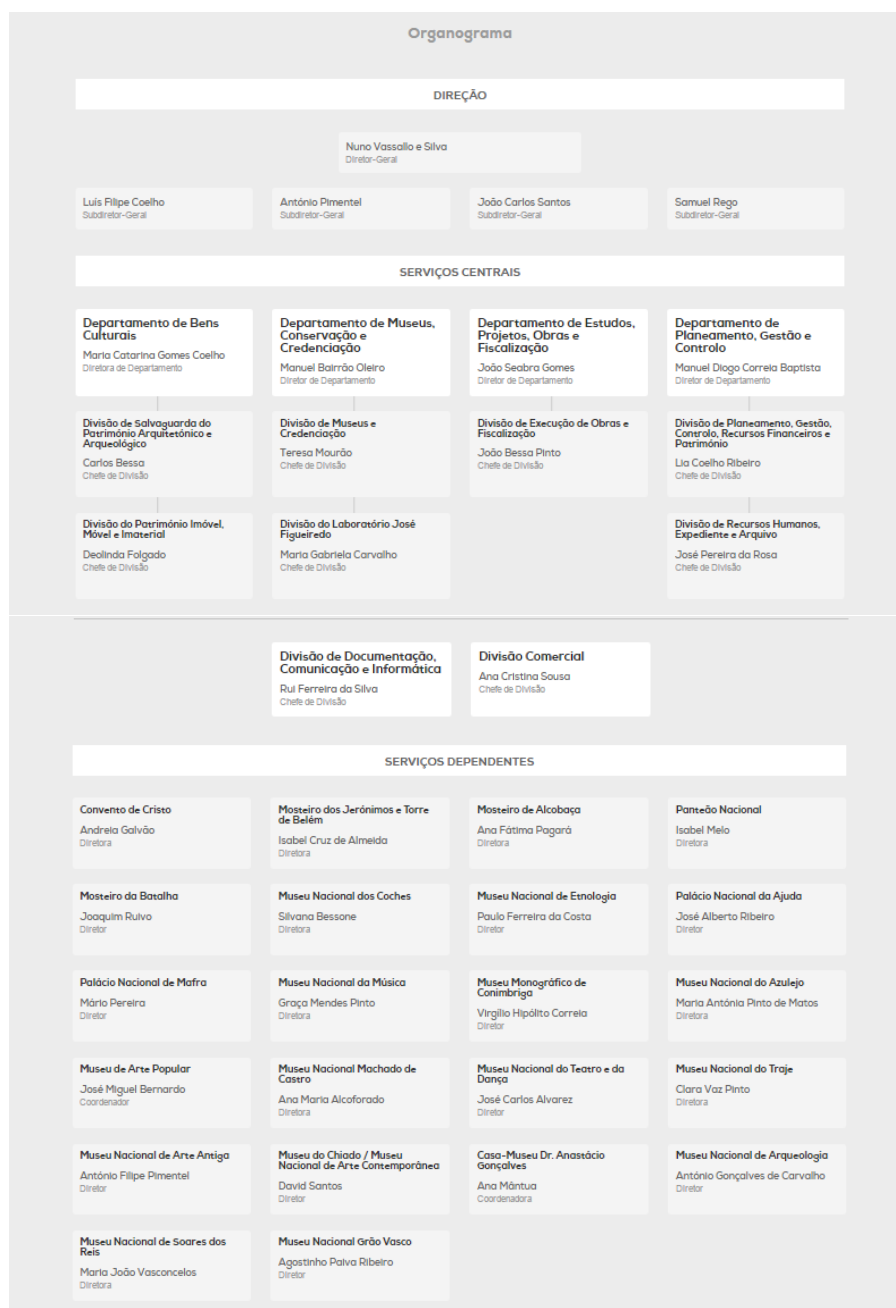
<https://doc.arcgis.com/pt-pt/arcgis-online/reference/shapefiles.htm> (consultado a 27-05-2015)

## **Anexos**



## Anexo I: Organograma da DGPC

Figura I.1 – Organograma da DGPC (Extraído do website <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/quem-somos/> em 23-05-2015)

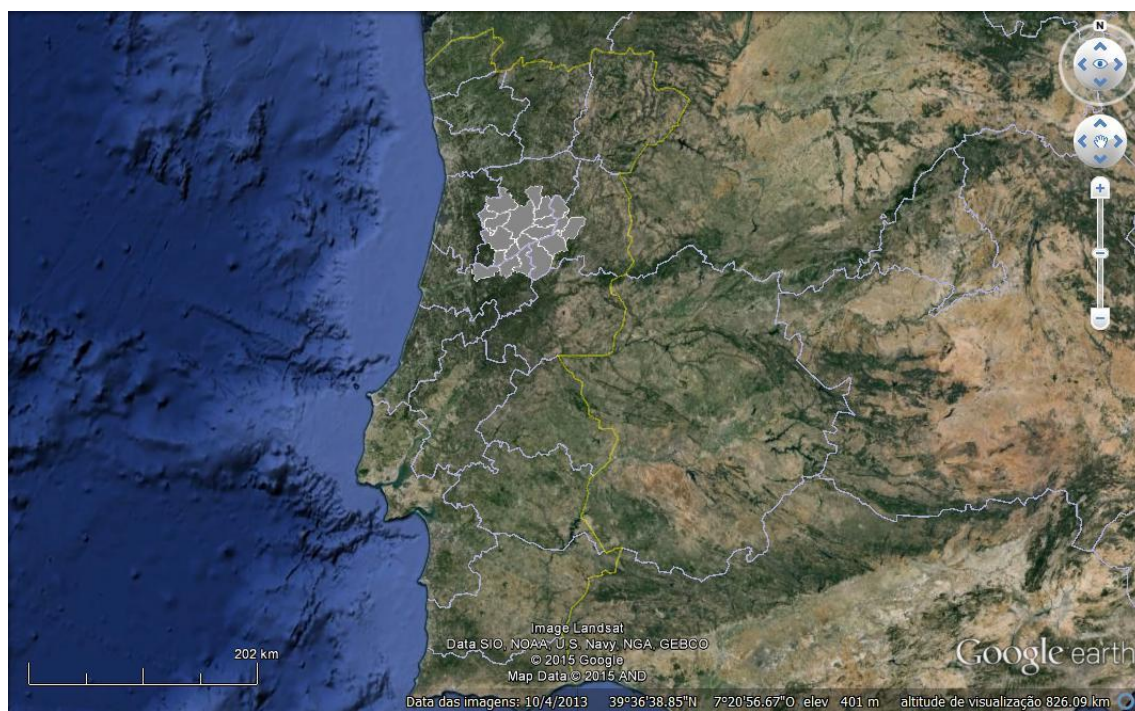






## Anexo II: Localização da área em estudo

Figura II.1 – Localização da área em estudo na Península Ibérica (Extraído do Google Earth)





### Anexo III: O Sistema de Informação Arqueológica da DGPC - *Endovélico*

Figura III.1 – Separador *Identificação* da Ficha de Inventário de sítios arqueológicos em meio terrestre, do Sistema de Informação *Endovélico*.

The screenshot shows the 'Identificação' tab of the 'Sítios Arq. Terrestres' form. The form has a title bar 'Sítios Arq. Terrestres' and a tab bar with 'Identificação', 'Coordenadas', 'Informação Auxiliar', 'Protecção', 'Entidades', and 'Associações'. The 'Identificação' tab is active. It contains the following fields: 'Designação' (text input), 'CNS' (text input), 'Meio' (dropdown menu), 'Processo' (text input), 'Tipo' (text input), 'Descoberta' (text input), 'Topónimo' (text input), 'Div. Administrativa' (text input), 'Distrito' (text input), 'Concelho' (text input), 'Freguesia' (text input), 'Ossos Humanos?' (checkbox, checked), and 'Períodos' (text input). At the bottom, there is a bar with buttons: 'Actualizar', 'Editar', 'Ok', 'Cancelar', 'Exportar', and 'Sair'.

Figura III.2 – Separador *Coordenadas* da Ficha de Inventário de sítios arqueológicos em meio terrestre, do Sistema de Informação *Endovélico*.

The screenshot shows the 'Coordenadas' tab of the 'Sítios Arq. Terrestres' form. The form has a title bar 'Sítios Arq. Terrestres' and a tab bar with 'Identificação', 'Coordenadas', 'Informação Auxiliar', 'Protecção', 'Entidades', and 'Associações'. The 'Coordenadas' tab is active. It contains the following fields: 'Designação' (text input), 'CNS' (text input), 'Latitude' (text input), 'Longitude' (text input), 'Altitude/Profund.' (text input), 'Folha' (text input), 'Precisão' (text input), 'Distância' (text input), 'Meridiano' (text input), 'Paralelo' (text input), and 'Metadados' (text input). At the bottom, there is a bar with buttons: 'Actualizar', 'Editar', 'Ok', 'Cancelar', 'Exportar', and 'Sair'.

Figura III.3 – Separador *Informação Auxiliar* da Ficha de Inventário de sítios arqueológicos em meio terrestre, do Sistema de Informação *Endovélico*.

Sítios Arq. Terrestres

Identificação | Coordenadas | Informação Auxiliar | Protecção | Entidades | Associações

Designação

CNS

Descrição

Espólio

Acesso

Actualizar | Editar | Ok | Cancelar | Exportar | Sair

Figura III.4 – Separador *Associações* da Ficha de Inventário de sítios arqueológicos em meio terrestre, do Sistema de Informação *Endovélico*.

Sítios Arq. Terrestres

Identificação | Coordenadas | Informação Auxiliar | Protecção | Entidades | Associações

Designação

CNS

Uso Solo

Conservação

Ameaças

Bibliografia

Imagens

Processos

Inspecções

Trabalhos

Datações

Espólio

Actualizar | Editar | Ok | Cancelar | Exportar | Sair

Figura III.5 – Exemplo preenchido do Separador *Identificação* da Ficha de Inventário de trabalhos arqueológicos, do Sistema de Informação *Endovélico*.

Sítios - Trabalhos	
Identificação	Informação Auxiliar
Sítio	Aveleira/Quinta da Aveleira
CNS	4337
Concelho	Carregal do Sal
Tipo	Prospecção
Ano	2004
Projecto	PNTA/2003 - O povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e
Estado	Relatório Aprovado
Autorização	Responsáveis 2

[Refrescar](#)
[Editar](#)
[Ok](#)
[Cancelar](#)
[Exportar](#)
Sítios Arqueológicos Terrestres ▼

Figura III.6 – Exemplo preenchido do Separador *Informação Auxiliar* da Ficha de Inventário de trabalhos arqueológicos, do Sistema de Informação *Endovélico*.

Sítios - Trabalhos	
Identificação	Informação Auxiliar
Sítio	Aveleira/Quinta da Aveleira
CNS	4337
Objectivos	Estudo das sepulturas escavadas na rocha e os sítios de povoamento que lhes estará relacionados, numa área geográfica definida entre a margem esquerda do Rio Dão e a margem direita do Rio Alva.
Resultados	A cerca de 300 m para Este localiza-se a Capela de N.ª S.ª dos Cavaleiros, no terreno em volta apenas se detecta a presença de fragmentos de azulejos e faianças que remontam aos séculos XVII/XVIII, período ao qual remontarão os alicerces ainda visíveis das casas, para hospedagem dosromeiros, e para a residência do eremita e da sua família. Em redor da
Notas	
Sepulturas	0
Espólio	0
Relatórios	1

[Refrescar](#)
[Editar](#)
[Ok](#)
[Cancelar](#)
[Exportar](#)
Sítios Arqueológicos Terrestres ▼

Figura III.7 – Exemplo preenchido do Separador *Datas* da Ficha de Inventário de trabalhos arqueológicos, do Sistema de Informação *Endovéllico*.

Sítios - Trabalhos	
Identificação	Informação Auxiliar
Sítio	Aveleira/Quinta da Aveleira
CNS	4337
Data de Pedido	2004-03-08
Data de Autorização	2004-03-26
Data de Início Prevista	
Data de Fim Prevista	
Data de Início	2003-12-22
Data de Fim	2003-12-22
Data da Apresentação do Relatório	2005-02-03
Data da Aprovação do Relatório	2005-02-10

Refrescar    Editar    Ok    Cancelar    Exportar    Sítios Arqueológicos Terrestres ▼

#### Anexo IV: Sítios inventariados e georreferenciados

Figura IV. 1 – Tabela indicativa dos sítios com sepulturas escavadas na rocha que foram inventariados e georreferenciados ao longo deste estágio. Note-se que a coluna designada por “Inv” diz respeito às novas estações arqueológicas por mim inventariadas/inseridas no Endovélico. Já a coluna de nome “Geo” refere-se aos sítios em que as georreferências foram inseridas ou corrigidas.

CNS	Designação	Distrito	Concelho	Freguesia	Inv	Geo
35545	Crastos	Coimbra	Oliveira do Hospital	Bobadela	x	x
3965	Penedo do Gorgulão	Coimbra	Oliveira do Hospital	Bobadela		x
35546	Vale do Coito/Laje da Pereira	Coimbra	Oliveira do Hospital	Bobadela	x	x
20439	Olival dos Pobres	Coimbra	Oliveira do Hospital	Ervedal		
20441	Passal 1	Coimbra	Oliveira do Hospital	Ervedal		x
20437	Quinta da Cortinha	Coimbra	Oliveira do Hospital	Ervedal		x
35549	Chão da Velha	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares	x	x
20444	Espinhhal	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares		x
35552	Mial	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares	x	x
35551	Quinta de S. Miguel	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares	x	x
20443	Quinta do Ribeiro dos Mouros	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares		x
35550	Quinta do Tojal	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares	x	x
20442	Raposeira	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagares		
20451	Mata das Forcas	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagos da Beira		
20452	Salgueiral	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagos da Beira		
35553	Soitinho	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lagos da Beira	x	x
20450	Quinta dos Casais	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lajeosa		
3979	S. Pedro de Lourosa	Coimbra	Oliveira do Hospital	Lourosa		x
20887	Ameal	Coimbra	Oliveira do Hospital	Meruge		x
35350	S. Bartolomeu 2	Coimbra	Oliveira do Hospital	Meruge		x
20454	S. João	Coimbra	Oliveira do Hospital	Nogueira do Cravo		x
20453	Quinta de Salgodins	Coimbra	Oliveira do Hospital	S. Paio de Gramaços		
20436	Pinhal da Fonte do Rei	Coimbra	Oliveira do	Seixo da Beira		

			Hospital			
20433	Tapada	Coimbra	Oliveira do Hospital	Seixo da Beira		x
20434	Tapada 1	Coimbra	Oliveira do Hospital	Seixo da Beira		
20446	Alto Zambujeiro	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos		
20445	Areias	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos		
35547	Covelos	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos	x	x
20449	Negrelos / Gorgulão	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos		x
20448	Quinta do Moreira de Baixo	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos		x
35554	Quinta do Salgueiral	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos	x	x
35548	Vale de Rocim	Coimbra	Oliveira do Hospital	Travanca de Lagos	x	x
15727	Covas/Devesas	Coimbra	Tábua	Covas		
14477	Igreja de Covas	Coimbra	Tábua	Covas		
14478	Quinta da Pedra da Abelha 1	Coimbra	Tábua	Covas		
11541	S. Cristovão	Coimbra	Tábua	Covas		
15728	Gamelão dos Mouros	Coimbra	Tábua	Midões		x
14479	Pinheiras	Coimbra	Tábua	Midões		x
14481	Quinta das Hortas	Coimbra	Tábua	Midões		
35183	Quinta das Moitas 2	Coimbra	Tábua	Midões	x	x
14480	Quinta do Esporão 1	Coimbra	Tábua	Midões		
11540	Tapadinho	Coimbra	Tábua	Mouronho		
15729	Conchadas	Coimbra	Tábua	S. João da Boa Vista		
15730	Matosa	Coimbra	Tábua	S. João da Boa Vista		
15733	Oliveira de Fazemão	Coimbra	Tábua	S. João da Boa Vista		
15731	Quinta do Olival de Valacolos	Coimbra	Tábua	S. João da Boa Vista		
15735	Quinta do Prado	Coimbra	Tábua	S. João da Boa Vista		
15726	Quinta do Olival	Coimbra	Tábua	Tábua		
35533	Aguiar da Beira	Guarda	Aguiar da Beira	Aguiar da Beira	x	x
35211	Regada/Aguiar da Beira	Guarda	Aguiar da Beira	Aguiar da Beira	x	x
35138	S. Domingos/Cortiçada	Guarda	Aguiar da Beira	Cortiçada	x	x
35204	Colherinhas	Guarda	Aguiar da Beira	Dornelas	x	x
35208	Olheiros	Guarda	Aguiar da Beira	Dornelas	x	x
35534	Gradiz	Guarda	Aguiar da Beira	Gradiz	x	x
35207	Alto de S. Domingos/Laja da Cruzinha	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
35206	Alto de Santiago/Penaverde	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x



35536	Mosteiro/Penaverde	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
35537	Mosteiro/Penaverde 2	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
35540	Mosteiro/Penaverde 4	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
35209	Passal	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
35543	Penaverde	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
35210	Prado	Guarda	Aguiar da Beira	Pena Verde	x	x
27070	Sepultura de Stª Ana/Pinheiro	Guarda	Aguiar da Beira	Pinheiro		
18971	Moçafra/Souto/Chafurdo	Guarda	Aguiar da Beira	Souto de Aguiar da Beira		x
35535	Lezíria	Guarda	Aguiar da Beira	Valverde	x	x
33247	Santo Antão 1/Valverde	Guarda	Aguiar da Beira	Valverde		
35268	Aldeia Rica	Guarda	Celorico da Beira	Açores	x	x
22851	Aldeia Rica 2	Guarda	Celorico da Beira	Açores		
35153	Olival do Clergo III	Guarda	Celorico da Beira	Açores	x	x
24534	Regada	Guarda	Celorico da Beira	Açores		x
22852	Sarrado/Aldeia Rica	Guarda	Celorico da Beira	Açores		x
26383	Sepultura do Baraçal/Meruges	Guarda	Celorico da Beira	Baraçal		
8082	Soito II/Outeiro Negro	Guarda	Celorico da Beira	Baraçal		
24555	Ribeiro Pinheiro	Guarda	Celorico da Beira	Casas do Soeiro		
35269	Montalto	Guarda	Celorico da Beira	Celorico (S. Pedro)	x	x
24530	S. Gens V	Guarda	Celorico da Beira	Celorico (Stª Maria)		x
24538	Sepultura da Quinta do Ramos	Guarda	Celorico da Beira	Celorico (Stª Maria)		x
35319	Sepulturas do Outeiro I	Guarda	Celorico da Beira	Celorico (Stª Maria)	x	x
24537	Vila Longa III	Guarda	Celorico da Beira	Celorico (Stª Maria)		x
4007	Quinta do Mouro I	Guarda	Celorico da Beira	Cortiço da Serra		x
35726	Pia dos Mouros II	Guarda	Celorico da Beira	Forno Telheiro		
24517	Quinta do Pomar	Guarda	Celorico da Beira	Forno Telheiro		x
8084	Tapada do Freixo I	Guarda	Celorico da Beira	Forno Telheiro		
24552	Moinho do Rangel	Guarda	Celorico da Beira	Lajeosa do Mondego		x
24553	Quinta da Torre	Guarda	Celorico da Beira	Lajeosa do Mondego		x
3691	Quinta da Fidalga 2	Guarda	Celorico da Beira	Linhares		
12884	Tapada da Serra	Guarda	Celorico da Beira	Linhares		
4728	Tapadas	Guarda	Celorico da Beira	Maçal do Chão		
22723	Colícias	Guarda	Celorico da Beira	Mesquitela		
22725	Tapada das Pedras	Guarda	Celorico da Beira	Mesquitela		x
35155	Vale da Igreja I	Guarda	Celorico da Beira	Mesquitela	x	x
12885	Vale de Covos/A-das-Pedras	Guarda	Celorico da Beira	Mesquitela		x
24507	Lameiras II	Guarda	Celorico da Beira	Minhocal		x
24510	Quinta das Lameiras I	Guarda	Celorico da Beira	Minhocal		x

22721	Prazo	Guarda	Celorico da Beira	Prados		
24586	Quinta do Barreiro	Guarda	Celorico da Beira	Rapa		
4225	A-do-Braga	Guarda	Celorico da Beira	Ratoeira		
24589	Moitas Escondidas	Guarda	Celorico da Beira	Salgueirais		x
22722	Póvoa	Guarda	Celorico da Beira	Salgueirais		
24590	Tapada dos Caixões	Guarda	Celorico da Beira	Salgueirais		x
24584	Quinta do Azar II	Guarda	Celorico da Beira	Vale de Azares		
3605	Quintã I	Guarda	Celorico da Beira	Vale de Azares		
3319	Tapada do Bufo I	Guarda	Celorico da Beira	Vale de Azares		x
24524	Carril	Guarda	Celorico da Beira	Velosa		x
8086	Moitas	Guarda	Celorico da Beira	Velosa		
24588	Ribeira II/Alto da Devesa	Guarda	Celorico da Beira	Vide entre Vinhas		
35320	Algodres - Largo do Cruzeiro	Guarda	Fornos de Algodres	Algodres	x	x
8125	Necrópole de Casal Vasco/Refaxo	Guarda	Fornos de Algodres	Algodres		
35275	Rancozinho 3	Guarda	Fornos de Algodres	Algodres	x	x
8124	Sepultura da Quinta dos Carvalhais	Guarda	Fornos de Algodres	Casal Vasco		
35303	Calpedrinha	Guarda	Fornos de Algodres	Cortiçô	x	x
27058	Sepultura da Quinta do Carvalho	Guarda	Fornos de Algodres	Cortiçô		
8119	Necrópole das Lameiras	Guarda	Fornos de Algodres	Figueiró da Granja		
8120	S. Silvestre	Guarda	Fornos de Algodres	Figueiró da Granja		x
13986	Sepulturas de Cabeços	Guarda	Fornos de Algodres	Figueiró da Granja		
22859	Torre/ Figueiró da Granja	Guarda	Fornos de Algodres	Figueiró da Granja		
8121	Necrópole do Seminário	Guarda	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres		
33232	Quinta da lomba 3/Portela	Guarda	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres		
8123	Necrópole de Rasa de Infias	Guarda	Fornos de Algodres	Infias		x
8122	Sepultura das Infias/Passal	Guarda	Fornos de Algodres	Infias		x
3610	Necrópole das Forçadas	Guarda	Fornos de Algodres	Matança		
35302	Quinta do Albuquerque	Guarda	Fornos de Algodres	Muxagata	x	x
8117	Sepultura do Carvalhal	Guarda	Fornos de Algodres	Muxagata		
8116	Sepultura de Covais	Guarda	Fornos de Algodres	Queiriz		
8115	Sepulturas do Guadial	Guarda	Fornos de Algodres	Queiriz		
8126	Necrópole da Quinta das Moitas	Guarda	Fornos de Algodres	Vila Ruiva		x
8114	Necrópole da Tapada do Anjo/Capela do Anjo	Guarda	Fornos de Algodres	Vila Ruiva		
35609	Vila Soeiro	Guarda	Fornos de Algodres	Vila Soeiro do Chão		x
22715	Cama da Moura	Guarda	Gouveia	Aldeias		

11600	Necrópole do Risado	Guarda	Gouveia	Arcozelo		
19642	Penedo dos Mouros	Guarda	Gouveia	Arcozelo		x
12063	Sepultura do Castelo II	Guarda	Gouveia	Arcozelo		
35561	Necrópole do Monte Aljão	Guarda	Gouveia	Catavelos	x	x
12047	Quinta da Moira	Guarda	Gouveia	Figueiró da Serra		
30710	Quinta do Almagre	Guarda	Gouveia	Figueiró da Serra		x
12046	Sepultura de Chão do Pinto	Guarda	Gouveia	Figueiró da Serra		
12013	Sepultura do Quinxozo	Guarda	Gouveia	Figueiró da Serra		
11601	Necrópole do Casal das Pias	Guarda	Gouveia	Folgosinho		
12014	Sepultura do Casal de S. Pedro	Guarda	Gouveia	Folgosinho		
35267	Gouveia	Guarda	Gouveia	Gouveia (S. Pedro)	x	x
16522	Sepulturas da Quinta do Farvão	Guarda	Gouveia	Gouveia (S. Pedro)		x
12081	Sepulturas da Parigueira	Guarda	Gouveia	Lagarinhos		
12080	Sepulturas de Ribeiro de Almeida	Guarda	Gouveia	Lagarinhos		
12048	Vinha Grande - Passarela	Guarda	Gouveia	Lagarinhos		
11603	Sepulturas de Carreiras Covas	Guarda	Gouveia	Nespereira		
35158	Barreiras	Guarda	Gouveia	Paços da Serra	x	x
12040	Sepultura do Castelo I	Guarda	Gouveia	Ribamondego		
12023	Regada Grande	Guarda	Gouveia	Vila Cortês da Serra		
12052	Sepultura da Quinta do Dr. Mário Figueira	Guarda	Gouveia	Vila Franca da Serra		
12001	Necrópole do Freixial	Guarda	Gouveia	Vila Nova de Tazem		
12076	S. João	Guarda	Gouveia	Vila Nova de Tazem		
12079	Sepultura da Moita do Cume	Guarda	Gouveia	Vila Nova de Tazem		
12036	Sepulturas do Carvoeiro	Guarda	Gouveia	Vila Nova de Tazem		
12003	Sepulturas do Safail	Guarda	Gouveia	Vila Nova de Tazem		
12054	Saião / Santo António	Guarda	Gouveia	Vinhó		
35597	Loriga	Guarda	Seia	Loriga	x	x
35598	Estojinhas	Guarda	Seia	Paranhos	x	x
19566	Paranhos	Guarda	Seia	Paranhos		x
35600	Monte Castelão	Guarda	Seia	Pinhanços	x	x
35599	Tapadas	Guarda	Seia	Pinhanços	x	x
30796	S. Cosme	Guarda	Seia	Sandomil		
35603	Monte de Santana	Guarda	Seia	Seia	x	x
28193	Quinta dos Lameiros	Guarda	Seia	Seia		

35699	Vodra/Cova da Moura	Guarda	Seia	Seia	x	x
35601	Vale de Figueira	Guarda	Seia	Stª Comba	x	x
19564	Cemitério de Stª Eulália	Guarda	Seia	Stª Eulália		x
35602	Paço	Guarda	Seia	Stª Eulália	x	x
35700	Lameiras	Guarda	Seia	Tourais	x	x
30809	Sepultura de Figueiredo	Guarda	Seia	Tourais		
35702	Ribas/Mata Mansa	Guarda	Seia	Várzea de Meruge	x	x
35701	Vinhas de Várzea	Guarda	Seia	Várzea de Meruge	x	x
12650	Chãs/Mil Regos	Viseu	Carregal do Sal	Beijós		
20897	Campa da Moira	Viseu	Carregal do Sal	Cabanas de Viriato		x
12658	Passal / Cabanas de Viriato	Viseu	Carregal do Sal	Cabanas de Viriato		x
35148	Quinta da Sernada	Viseu	Carregal do Sal	Cabanas de Viriato	x	x
12659	Trás-do - cemitério/Tapada	Viseu	Carregal do Sal	Cabanas de Viriato		x
20905	Cumeadas	Viseu	Carregal do Sal	Currelos		x
12661	Quinta da Moura/Cova da Moira	Viseu	Carregal do Sal	Currelos		
12662	Alagoas	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		
4337	Aveleira/Quinta da Aveleira	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		x
12660	Cortinhal/Prado	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		x
12663	Cova da Moura/Vila Meã 1	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		
12666	Hortas/Laja da Igreja	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		x
12665	Malhoa/Malhô	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		x
35283	Mata	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde	x	x
12664	Vinagreira/Mata dos Alqueves	Viseu	Carregal do Sal	Oliveira do Conde		
12839	Papísios/S. Sebastião	Viseu	Carregal do Sal	Papízios		x
19640	Penedo da Moita/Póvoa de Santo Amaro	Viseu	Carregal do Sal	Parada		x
11915	Poço Moirão	Viseu	Mangualde	Abrunhosa-a-Velha		
24246	Laja da Moira	Viseu	Mangualde	Alcafache		
24224	Presas	Viseu	Mangualde	Alcafache		x
24249	Penedinho dos Moiros/Guimarães de Tavares	Viseu	Mangualde	Chãs de Tavares		
24251	Quinta do Grilo	Viseu	Mangualde	Chãs de Tavares		
35496	Abrunhosa do Mato	Viseu	Mangualde	Cunha Baixa	x	x
24709	Carvalha Gorda	Viseu	Mangualde	Cunha Baixa		

24269	Curtinhal/Pereiras	Viseu	Mangualde	Cunha Baixa		x
24437	Bocha Velha	Viseu	Mangualde	Espinho		
24496	Cova da Moira (Espinho)	Viseu	Mangualde	Espinho		x
5101	Cumieira/Cova dos Moiros	Viseu	Mangualde	Espinho		x
24498	Laje	Viseu	Mangualde	Espinho		
24436	Lajinha	Viseu	Mangualde	Espinho		
35293	Quinta da Raposeira	Viseu	Mangualde	Espinho	x	x
24438	Tapada	Viseu	Mangualde	Espinho		
16227	Cancela/Caminho da Alminhas	Viseu	Mangualde	Fornos de Maceira Dão		x
24616	Peliteiro/Campa da Moira	Viseu	Mangualde	Lobelhe do Mato		
22205	Alto da Quintinha	Viseu	Mangualde	Mangualde		
15380	Cama da Moira/Lamarchões	Viseu	Mangualde	Mangualde		
35286	Cova da Moura (Mangualde)	Viseu	Mangualde	Mangualde	x	x
2936	Igreja Matriz de S. Julião de Azurara	Viseu	Mangualde	Mangualde		
24619	Mata dos Condes de Anadia/Cova da Moira	Viseu	Mangualde	Mangualde		
35212	Moita da Oliveira 2	Viseu	Mangualde	Mangualde	x	x
24708	Quinta das Joannas	Viseu	Mangualde	Mangualde		
24614	Regalão/Quinta do Ribeiro/Regaleira	Viseu	Mangualde	Mangualde		
24617	Soito dos Penedos/Pinhal dos Moiros	Viseu	Mangualde	Mangualde		
24639	Túmulo dos Mouros/Bocha	Viseu	Mangualde	Mangualde		
5328	Val das Campas/Campas	Viseu	Mangualde	Mangualde		
24623	Quinta da Calçada	Viseu	Mangualde	Mesquitela		
24621	Rossio/Campas	Viseu	Mangualde	Mesquitela		x
24618	Campas (Moimenta de Maceira)	Viseu	Mangualde	Moimenta de Maceira Dão		x
24612	Cumareiro	Viseu	Mangualde	Póvoa de Cervães		x
22858	Aivado	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara		
24489	Fraqueiro	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara		x
24488	Pesadoiros	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara		
35292	Quinta da Malhada	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara	x	x
24480	Quinta da Senhora da Esperança	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara		
24479	Quinta do Espinhal	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara		
24707	Vilares/Vinha do Silva	Viseu	Mangualde	Quintela de Azurara		
24491	Vinha do Silva/Malhadas	Viseu	Mangualde	Quintela de		

				Azurara		
24490	Quelhadas	Viseu	Mangualde	Santiago de Cassurrães		x
24651	Quinta do Ramalhal	Viseu	Mangualde	Santiago de Cassurrães		
24647	Trogal	Viseu	Mangualde	Santiago de Cassurrães		
12644	Campas	Viseu	Nelas	Agueira		
35723	Casal/Olival Grande	Viseu	Nelas	Canas de Senhorim		x
12641	Pedras da Forca 1	Viseu	Nelas	Canas de Senhorim		
12643	Pedras da Forca 2	Viseu	Nelas	Canas de Senhorim		
27966	Rua da Estrada/Cruzeiro	Viseu	Nelas	Canas de Senhorim		x
12647	Pêro do Pato/ Vale Salgueiro	Viseu	Nelas	Moreira		x
12648	Prazias/Moreira de Baixo II	Viseu	Nelas	Moreira		x
35727	Vale dos Picos/Tapada	Viseu	Nelas	Moreira	x	x
35306	Escola	Viseu	Nelas	Nelas	x	x
27974	Fontainhas	Viseu	Nelas	Nelas		
5223	Moledo	Viseu	Nelas	Nelas		x
27972	Rua do Pombal	Viseu	Nelas	Nelas		
27958	Adelinha	Viseu	Nelas	Senhorim		
35722	Adoeiro II	Viseu	Nelas	Senhorim		x
35307	Depósito de Água	Viseu	Nelas	Senhorim	x	x
27959	Quinta do Cagunça	Viseu	Nelas	Senhorim		
35308	Sobreira	Viseu	Nelas	Senhorim	x	x
27953	Vale de Covo	Viseu	Nelas	Senhorim		
27963	Vale de Covo 1	Viseu	Nelas	Senhorim		
27955	Várzea	Viseu	Nelas	Senhorim		
27956	Várzea 1	Viseu	Nelas	Senhorim		
15001	Estacas	Viseu	Nelas	Vilar Seco		
15046	Francelha/Laje do Roxo	Viseu	Nelas	Vilar Seco		x
12645	Prado	Viseu	Nelas	Vilar Seco		x
27919	Quinta do Serrado	Viseu	Nelas	Vilar Seco		
35611	Pinhal das Bugalhosas	Viseu	Oliveira de Frades	Arca	x	x
35577	Quinta dos Vales "Bouça"	Viseu	Oliveira de Frades	Arcozelo das Maías		x
35610	Sepultura de Porto Carro	Viseu	Oliveira de Frades	Arcozelo das Maías	x	x
13658	S. Pedro de Castelo de Penalva	Viseu	Penalva do Castelo	Castelo de Penalva		
5118	Esmolfe/Eirinha	Viseu	Penalva do Castelo	Esmolfe		
15450	Núcleo de Sepulturas de Esmolfe/S. Martinho	Viseu	Penalva do Castelo	Esmolfe		
15447	Insua/Sereia/Castendo	Viseu	Penalva do Castelo	Ínsua		
35310	Avelal	Viseu	Penalva do Castelo	Lusinde	x	x

35167	Chão dos Alhos/Chão das Telhas	Viseu	Penalva do Castelo	Pindo	x	x
15318	Igreja de Pindo	Viseu	Penalva do Castelo	Pindo		
35166	Capela de S. Marcos	Viseu	Penalva do Castelo	Real	x	x
35169	Lage dos Vales	Viseu	Penalva do Castelo	Sezures	x	x
11384	Sepulturas da Capela/Portela	Viseu	Penalva do Castelo	Sezures		
15451	Trancozelo/Quinta do Convento	Viseu	Penalva do Castelo	Trancozelos		
35220	Quinta de Novais	Viseu	S. Pedro do Sul	Baiões	x	x
35612	Nossa Senhora dos Milagres	Viseu	S. Pedro do Sul	Pindelo dos Milagres	x	x
353130	Stª Bárbara	Viseu	S. Pedro do Sul	Sul	x	x
8369	Chãozinho	Viseu	Sátão	Avelal		x
8367	Eira	Viseu	Sátão	Avelal		
8368	Eiro	Viseu	Sátão	Avelal		x
8367	Vale das Abelhas	Viseu	Sátão	Avelal		x
8318	Ourigos/Cerca	Viseu	Sátão	Decermilo		x
14614	Cerdeira do Lagar (Vilela)/Vale	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		x
24714	Matas do Pinheiro	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		x
8307	Monte Carneiro	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		x
22173	Quinta da Eira	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		
35222	Quinta da Foz	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves	x	x
8351	Quinta de Baixo	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		x
8314	Quinta de Paredes 1	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		x
35182	Vale	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves	x	x
25022	Vinha do Plastro/Vinha da Moita 2	Viseu	Sátão	Ferreira de Aves		
35180	Ferradia	Viseu	Sátão	Forles	x	x
8190	Lages de Cima/Curral	Viseu	Sátão	Mioma		x
8191	Priuve	Viseu	Sátão	Rio de Moinhos		x
8192	Barrocas	Viseu	Sátão	Romãs		x
35214	Pereira 2	Viseu	Sátão	Romãs	x	x
35725	Senhora do Barrocal II	Viseu	Sátão	Romãs	x	x
8185	Abrunhosa	Viseu	Sátão	S. Miguel de Vila Boa		x
8184	Pai Moiro	Viseu	Sátão	S. Miguel de Vila Boa		x
8182	Parreirinha/Travancela	Viseu	Sátão	S. Miguel de Vila Boa		x
35215	Quinta da Ribeira Larga	Viseu	Sátão	S. Miguel de Vila Boa	x	x
35216	Quinta da Taboadela 2	Viseu	Sátão	Silvã de Cima	x	x

4870	Patarinho	Viseu	Stª Comba Dão	Ovoa		
20895	Patarinho 1	Viseu	Stª Comba Dão	Ovoa		x
20896	Patarinho 2	Viseu	Stª Comba Dão	Ovoa		x
27155	Lapa	Viseu	Stª Comba Dão	Pinheiro deZêzere		x
27156	Lapa 1	Viseu	Stª Comba Dão	Pinheiro deZêzere		x
20892	Alqueives	Viseu	Stª Comba Dão	S. João de Areias		x
20889	Quinta de Silves	Viseu	Stª Comba Dão	S. João de Areias		x
20894	Quinta do Mascote	Viseu	Stª Comba Dão	S. João de Areias		x
20890	Regueira	Viseu	Stª Comba Dão	S. João de Areias		x
20891	S. João de Areias	Viseu	Stª Comba Dão	S. João de Areias		
15139	Nossa Senhora da Assunção	Viseu	Stª Comba Dão	Treixedo		
35317	Sobreiro	Viseu	Tondela	Canas de Stª Maria	x	x
35704	Igreja Velha	Viseu	Tondela	Dardavaz	x	x
15043	Laje da Cabana	Viseu	Tondela	Lajeosa		x
35720	Stªs Marinhas II	Viseu	Tondela	Lajeosa	x	x
35190	Stªs Marinhas/Campa dos Mouros	Viseu	Tondela	Lajeosa	x	x
19303	Tapada/Vinhal	Viseu	Tondela	Lajeosa		x
30505	Leiro Longo	Viseu	Tondela	Lobão da Beira		x
35315	Carregal	Viseu	Tondela	Parada de Gonta	x	x
35316	Cruzeiro	Viseu	Tondela	Parada de Gonta	x	x
35713	Sepultura da Quinta	Viseu	Tondela	Parada de Gonta	x	x
35318	Três rios	Viseu	Tondela	Parada de Gonta	x	x
14361	Vale d'Asna/Açor	Viseu	Tondela	S. João do Monte		x
35708	Caixão dos Mouros	Viseu	Tondela	Tondela	x	x
35705	Quinta do Torno/Pedra da Moura	Viseu	Tondela	Tondela	x	x
11732	Outeiro das Pias	Viseu	Vila Nova de Paiva	Alhais		x
11812	Pousadas das Campas	Viseu	Vila Nova de Paiva	Alhais		x
11817	Cama da Moura	Viseu	Vila Nova de Paiva	Fráguas		
14788	S. Romão	Viseu	Vila Nova de Paiva	Pendilhe		x
14813	Alto do Coxo	Viseu	Vila Nova de Paiva	Touro		
14814	Ribeirinho/Ribeiro	Viseu	Vila Nova de Paiva	Touro		x
14812	Sarnoso	Viseu	Vila Nova de Paiva	Touro		
11839	Alto da Cruz/Debotinos	Viseu	Vila Nova de Paiva	Vila Cova à Coelheira		
14835	Miguela	Viseu	Vila Nova de Paiva	Vila Cova à Coelheira		x



11841	Muragos	Viseu	Vila Nova de Paiva	Vila Cova à Coelheira		x
11837	Carvalhais	Viseu	Vila Nova de Paiva	Vila Nova de Paiva		
35582	Carvalhais A	Viseu	Vila Nova de Paiva	Vila Nova de Paiva	x	x
35224	Quinta da Cumeeira	Viseu	Viseu	Abraveses	x	x
35584	Vale de Routar	Viseu	Viseu	Boa Aldeia	x	x
23410	Oliveira de Cima	Viseu	Viseu	Bodiosa		
35227	Cardal	Viseu	Viseu	Calde	x	x
35225	Laginha	Viseu	Viseu	Calde	x	x
35226	Vale de Esteves	Viseu	Viseu	Calde	x	x
35228	Cavernães	Viseu	Viseu	Cavernães	x	x
35229	Corredoura	Viseu	Viseu	Cavernães	x	x
33658	Durigos	Viseu	Viseu	Cavernães		
35585	Nogueiredo	Viseu	Viseu	Cavernães	x	x
35230	Pardieiros	Viseu	Viseu	Cavernães	x	x
15138	Escoiral	Viseu	Viseu	Cota		
35199	Franqueira	Viseu	Viseu	Cota	x	x
35217	Quinta do Passal	Viseu	Viseu	Cota	x	x
23060	Bigas/Souto	Viseu	Viseu	Lordosa		
35253	Campas	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
35252	Mata do Tronco	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
35256	Moitedo	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
35251	Pinheiras	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
15029	Regada/Sernada	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros		
35257	S. Pedro	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
35258	Senhora do Bom Despacho	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
35255	Tapadinha	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
35254	Vinha Grande	Viseu	Viseu	Loureiro de Silgueiros	x	x
5502	Senhora do Crasto	Viseu	Viseu	Orgens		x
35238	Cabril	Viseu	Viseu	Povolide	x	x
35236	Cadimas	Viseu	Viseu	Povolide	x	x
35587	Cortinhal	Viseu	Viseu	Povolide	x	x
35232	Lagarinho 2	Viseu	Viseu	Povolide	x	x
35234	Lamigueiro	Viseu	Viseu	Povolide	x	x
34452	Penedos Novos/Outeiro	Viseu	Viseu	Povolide		
12653	Quinta da Pena	Viseu	Viseu	Povolide		
34455	Quinta de Vila Nova do Rêgo	Viseu	Viseu	Povolide		
35235	Ribeiras	Viseu	Viseu	Povolide		x

35233	Tapada	Viseu	Viseu	Povolide	x	x
35241	Quinta da Alagoa	Viseu	Viseu	Ranhados	x	x
15135	Quinta de Chantre	Viseu	Viseu	Ranhados		
35240	Stª Eulália	Viseu	Viseu	Ranhados	x	x
3716	Jugueiros/Quinta da Gândara	Viseu	Viseu	Repeses		
1581	Cerrado	Viseu	Viseu	Rio de Loba		x
35532	Adiqueiro	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
35478	Casa dos Gomes	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
35589	Celão	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa		x
12656	Cruzeiro	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa		
35246	Folgosa	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
35243	Lameiro	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
15010	Lourosa	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa		
35244	Mata da Pinouca	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
35242	Pias	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
15007	Quinta da Capela	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa		
12654	Quinta da Prepita	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa		x
35218	Quinta do Giestal	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
15004	Regada	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa		
35588	Vale de Matos/Lages	Viseu	Viseu	S. João de Lourosa	x	x
35247	Assento do Turco	Viseu	Viseu	S. Pedro de France	x	x
35248	S. Cristovão	Viseu	Viseu	S. Pedro de France	x	x
35250	Moitas	Viseu	Viseu	Santos Evos	x	x
80280	Água Afonso	Viseu	Viseu	Torredeita		x
8029	Magarelas/Capela de Stª Marinha	Viseu	Viseu	Torredeita		
35192	Pedra do Altar 2	Viseu	Viseu	Vila Chã de Sá		x
35595	Perto do Fontelo	Viseu	Viseu	Viseu (Stª Maria de Viseu)	x	x
35594	Via Sacra	Viseu	Viseu	Viseu (Stª Maria de Viseu)	x	x
35592	Viseu - Sepultura do Adro da Sé	Viseu	Viseu	Viseu (Stª Maria de Viseu)		x

13931	Corgo	Viseu	Vouzela	Fataunços		x
13923	Quinta da Tapada	Viseu	Vouzela	Fataunços		
13933	Lamas	Viseu	Vouzela	Paços de Vilharigues		
35531	Outeiro do Moinho	Viseu	Vouzela	Paços de Vilharigues		x
19960	Tapada	Viseu	Vouzela	Paços de Vilharigues		
13935	S. Domingos	Viseu	Vouzela	Ventosa		
35583	Sepulturas da Senhora do Castelo	Viseu	Vouzela	Vouzela		
13937	Vouzela - Igreja Matriz	Viseu	Vouzela	Vouzela		